

**Nº16 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 09 de agosto
de 2018. -----**

No dia nove do mês de agosto do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral.-----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de seis de agosto de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, ENG. VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. Victor Augusto Costa Santos, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, em virtude de se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ RIBEIRO. -----

O Presidente da Câmara deu início à reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Reunião de trabalho na CIM - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, no dia 26 de julho, teve lugar uma reunião de trabalho, a qual contou com a participação da Senhora Secretária de Estado do Turismo, da Senhora Secretária de Estado do Ensino Superior, dos representantes do setor de hotelaria e do Instituto Politécnico de Bragança. -----

Da ordem do dia da referida reunião destaca-se a criação do primeiro "hub" de turismo termal do País, muito concretamente, o primeiro centro de conhecimento, inovação e investigação e de incentivo ao desenvolvimento de novos serviços e produtos, de programação, formação e capacitação de pessoas, afirmando, cada vez mais, a saúde, o bem estar e o termalismo na região do Alto Tâmega. -----

A CIM vai preparar uma candidatura para apresentar ao programa Valorizar, que visa, precisamente, incentivar e desconcentrar a procura ao longo de todo o território nacional, valorizando aquilo que é único. -----

b) Outorga de Protocolos de apoio financeiro entre o Município de Chaves e as três corporações de Bombeiros do Concelho - Sobre esta

matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, no pretérito dia 27 de julho, teve lugar a outorga, com as três corporações de Bombeiros do Concelho, dos respetivos protocolos, em vista a assegurar a constituição de Equipas de Intervenção do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, até ao próximo dia 30 de setembro. -- Aproveitou, também, a oportunidade para destacar que o investimento do Município, no apoio ao combate a incêndios florestais, nos últimos oito meses, é de aproximadamente 600 mil euros. -----

c) João Oliveira - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, felicitou o atleta João Oliveira, pela vitória da IV Edição da Portugal Ultramarathon. -----

A prova teve início, em Penamancor e passou pelos concelhos de Idanha-a-nova, Vila Velha de Ródão, Proença a-a-nova, Oleiros e Castelo Branco, num total de 281 km. -----

d) Apresentação de projeto de regularização fluvial para o Rio Tâmega - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, no dia 30 de julho, teve lugar a apresentação, conjunta, entre o Município de Chaves e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), do projeto de Regularização fluvial para o Rio Tâmega. -----

Tais trabalhos, orçados em 268.743,39€, terão início imediato, prevendo-se a sua conclusão para o próximo mês de outubro. ----- Trata-se de uma obra financiada, pelo programa comunitário (POSEUR), enquadrada no plano de gestão do risco de inundações, com uma extensão aproximada de 16km, nas duas margens do rio, sobretudo, nas zonas afetadas pelas cheias. -----

As intervenções contemplam trabalhos de modelação de margens, limpeza de matérias depositados no leito, controlo de vegetação exótica invasora, conservação, corte e limpeza da vegetação, ações de limpeza de resíduos e de condução de vegetação, plantações e estacaria. -----

e) Tomada de posse do novo Comandante do RI 19 - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara, deu nota da realização, no pretérito dia 31 de julho, da tomada de posse do novo Comandante do RI 19, Coronel João Carlos Mendes da Silva Caldeira. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, propondo um voto de congratulação, pelo facto do flaviense, Patrick Videira, ser o único ciclista profissional do Alto Tâmega a participar na edição 80º da Volta a Portugal que está a decorrer. -----

Sequencialmente, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo acompanhado a iniciativa do Vereador do Partido Social Democrata, sobre a matéria, considerando que tal voto de congratulação é, inteiramente, justo, constituindo, simultaneamente, uma palavra de incentivo para o jovem ciclista profissional flaviense. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 12 de julho de 2018. -----

Atendendo à ausência de quórum deliberativo, considerando a posição de abstenção dos Srs. Vereadores Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. João Carlos Alves Neves, a ata, em causa, deverá ser submetida a aprovação, em sede de próxima reunião ordinária do Executivo Municipal. -----

1.2. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 26 de julho de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----
Não participaram na votação deste assunto, os Vereadores, Senhora Eng. Paula Fernanda da Mota Chaves e Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas em virtude de não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM HABITAÇÃO; - INUNDAÇÃO/CONTADOR DE ÁGUA; - SÓNIA MARLENE EVANGELISTA RODRIGUES. INF. 146/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 6096/18, Sónia Marlene Evangelista Rodrigues, veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização no valor de €1600,00 (mil e seiscentos euros) pelos danos patrimoniais sofridos, na sequência de uma inundação na habitação da peticionária, sita na Avenida General Ribeiro de Carvalho, n.º 19, 2º andar, Chaves.

2. Invoca, em defesa do direito reclamado, os argumentos que a seguir se transcrevem: -----

"(...)No dia 29 de maio deslocou-se um funcionário dos serviços que procedeu à colocação do contador e ligação de água. -----

Nesse mesmo dia 29 de maio por volta das 9,30h, fui alertada pela vizinha do 1º andar que tinha uma inundação na minha casa, pois na dela já goteava abundantemente. -----

Rapidamente procedi ao corte de água e de imediato comuniquéi o sucedido aos serviços, e logo de seguida deslocou-se o funcionário responsável pela colocação do contador e assumiu a responsabilidade

por deixar o passador aberto sem confirmar previamente o estado das torneiras em casa. -----

Este erro originou a que em algumas divisões da minha casa o chão em madeira levantou e a pintura da vizinha do 1º andar ficou bastante danificada, como os danos causados são de valores consideráveis, solicito a intervenção do seguro da Câmara Municipal para a respetiva reparação. (...) -----

3. No dia 6 de junho de 2018, o trabalhador desta autarquia local, Carlos Frutuoso, responsável pela colocação do contador na morada da requerente, produziu a informação n.º 115/2018, e na qual refere o seguinte, a saber: -----

"(...) no dia 29 de maio coloquei um contador na Av. General Ribeiro de Carvalho, n.º 19, 2º andar. -----

Mais informo que na instalação em causa não tem passador depois do contador, mas simplesmente um passador de segredo olho de boi, antes. Por não existir passador depois do contador, tem que se deixar aberto o passador de segredo existente. Quando fiz o teste para ver se o contador dava passagem de água, começou a contar e parou, o que é uma situação normal, se continuasse a contar era sinal que estaria alguma torneira aberta dentro do apartamento e alertava para a situação e nesse caso fechava-se o passador." -----

4. É, pois, partindo do quadro factual acima descrito que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Do direito-----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa; -
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; --
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação". -----

5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infringam regras de ordem

técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. ----

8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a peticionária afirma que os prejuízos foram provocados na sequência da colocação do contador de água, na respetiva habitação, não tendo o trabalhador da autarquia, responsável por tal colocação, agido com a diligência necessária. -----

10. Ora, fazendo fé nas informações n.ºs 125/DAR/2018 e 115/2018, documentos cujo teor aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que se anexam à presente informação, o trabalhador responsável pela colocação do contador de água, em causa, agiu com diligência e cuidado, tendo seguido os procedimentos habituais nestes casos -----

11. Sendo certo que, e mais uma vez fazendo fé nas retrocitadas informações, a instalação, em causa, não possuía passador depois do contador. -----

12. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, considerando, desde logo, o teor das informações n.ºs 125/DAR/2018 e 115/2018, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

IV - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferimento da pretensão formulada pela requerente, uma vez que não decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento da referida indemnização, com base nas razões enunciadas nas informações n.ºs 125/DAR/2018 e 115/2018; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa, ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;--

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado da presente informação, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É tudo o que, de momento, me cumpre informar sobre este assunto. ----
À consideração superior. -----

Chaves, 25 de julho de 2018 -----
 O Técnico Superior Jurista -----
 (Dr. Marcos Barroco) -----
Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.07.25. -----
 Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.25-----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.07.27-----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -.
EXECUTADO: JORGE MANUEL MESQUITA MOREIRA. REQUERENTE: JOSÉ CARLOS PEREIRA DOMINGUES. INF. 147/DAF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 6885/18, datado do pretérito dia 19/06/2018, José Carlos Pereira Domingues vem requerer que seja autorizado o pagamento em prestações do valor que se encontra em dívida e referente a consumos de água efetuados e não pagos. -----

2. Sendo certo que os consumos em causa, são imputados a Jorge Manuel Mesquita Moreira, enquanto titular do contrato de fornecimento referente ao respetivo local de consumo. -----

3. Assim, sobre a matéria, cumpre-me informar o seguinte, a saber:

II - Do Direito -----

1. Como já foi referido, a dívida, em causa, são imputados a Jorge Manuel Mesquita Moreira, pessoa diferente da ora requerente. -----

2. Trata-se, portanto, de uma assunção de dívida por terceiro, pelo que se torna necessário verificar se o quadro legal em vigor e aplicável sobre a matéria, prevê a possibilidade desta figura jurídica. -----

3. Ora, o n.º 8, do artigo 196º, do CPPT, dispõe, expressamente, o seguinte: -----

"Podem beneficiar do regime previsto neste artigo os terceiros que assumam a dívida, ainda que o seu pagamento em prestações se encontre autorizado, desde que obtenham autorização do devedor ou provem interesse legítimo e prestem, em qualquer circunstância, garantias através dos meios previstos no n.º 1 do artigo 199.º." -----

4. Por sua vez, o n.º 9, da retrocitada disposição legal, determina, expressamente, que a assunção da dívida nos termos do número anterior não exonera o antigo devedor, respondendo este solidariamente com o novo devedor, e, em caso de incumprimento, o processo de execução fiscal prosseguirá os seus termos contra o novo devedor. -----

5. Chegados aqui, facilmente se conclui que é possível a assunção de dívidas objeto de processo de execução fiscal, por parte de terceiros,

desde que o devedor tenha dado a sua autorização, ou o peticionário demonstre ter legítimo interesse em tal assunção. -----

6. Ora, atendendo à documentação apresentada, não se regista qualquer autorização do devedor, nem o requerente demonstra qual o legítimo interesse que justifica a assunção da dívida. -----

7. Assim sendo, a assunção da dívida em causa apenas poderá ser aceite, pelo Município de Chaves, caso o requerente apresente autorização escrita do devedor, relativamente à assunção da dívida pretendida ou, no caso de não existir tal autorização, invoque qual o interesse que justifica a mesma. -----

8. E, ainda que assim não fosse, a verdade é que, da análise dos elementos constantes no presente processo, verificamos que a dívida, no valor de 163.19€ se encontra em fase de execução fiscal. -----

9. Relativamente a este montante, e não obstante se encontrar em fase de cobrança coerciva, é, de facto, possível requerer o pagamento do mesmo em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal, de acordo com o disposto no n.º 1, do art. 196.º do CPPT. -----

10. Contudo, nestas situações, o pagamento em prestações apenas pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196.º do CPPT. -----

11. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal. -----

12. Aqui chegados, fácil se torna concluir que o ora peticionário **não reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo da retrocitada norma, dado que não é possível fasear o mesmo em prestações com valor unitário igual ou superior a 102.00€. -----

III - Proposta -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à **tomada de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir** a pretensão formulada pelo requerente, de acordo com as razões de facto e de direito exaradas no capítulo anterior da presente Informação; -----

b) No cumprimento do disposto no artigo 121.º, do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

Chaves, 25 de julho de 2018. -----

À consideração superior. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.07.25. -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.25-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.07.27-----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DA SINISTRO DE VIAÇÃO OCORRIDO NA RUA NADIR AFONSO, CHAVES, NO DIA 22 DE JUNHO DE 2018. REQ: - GUSTAVO QUEIRÓS. INF. 153/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

5. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 5281, de 25/06/2018, Gustavo Queirós, veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização no valor de 130,23€ (cento e trinta euros e vinte e três cêntimos) pelos danos, patrimoniais sofridos na viatura marca Volkswagen, com a matrícula 14-57-JX, na sequência da movimentação de uma tampa de saneamento sita na Rua Nadir Afonso, Chaves, junto ao cruzamento da Rua do Cruzeiro.

6. O requerente juntou ao processo orçamento emitido pela empresa "Samuel Correia Auto, Lda", no valor de 130,23 euros, bem como registo fotográfico da viatura e da tampa de saneamento, em causa, bem como do documento único automóvel referente ao veículo com a matrícula 14-57-JX. -----

7. No dia 11 de julho de 2018, a, produziu a Informação n.º 130/DAR/2018, relatando o seguinte, a saber: -----

"(...) Face ao relatado e ouvido o setor de saneamento da Divisão de Águas e Resíduos, confirma-se que a tampa estava devidamente colocada, tendo o acidente sido provocado por um excesso de caudal devido às condições climáticas que fez com que a tampa se desloca-se do aro."

8. É, pois, no âmbito dos factos acima revisitados que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Do direito -----

13. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- d) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;
- e) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;
- f) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do

exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

14. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

15. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação". -----

16. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

17. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

18. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

19. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----
Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

20. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados na sequência do levantamento de uma tampa de saneamento, instalada na via pública, a qual ficou, consequentemente, presa entre o para-choques e a roda dianteira esquerda do veículo, em causa, provocando os danos agora peticionados pelo requerente. -----

21. Ora, a Autarquia Local, enquanto entidade gestora do domínio público municipal, incluindo passeios e vias de trânsito, tem a responsabilidade de garantir a segurança das pessoas e bens que circulam em tais espaços. -----

22. É evidente, portanto, que recaem sobre esta Autarquia Local deveres de regular vigilância, manutenção e conservação das vias sob a sua esfera de aceção. -----

23. Sendo certo que a presunção de culpa prevista no n.º 1, do artigo 493º, do Código Civil, é extensível à responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos culposos praticados no exercício de gestão pública. -----

24. Partindo destas premissas, poder-se-á concluir que compete à entidade pública, desde que o interessado faça prova da factualidade por ele invocada, bem como do nexo de causalidade existente entre a mesma e os prejuízos sofridos, provar que, no caso individual e

concreto, deu cumprimento aos deveres referidos supra ou, alternativamente, que os prejuízos se ficaram a dever a causas estranhas à mesma e de força maior e que ocorreriam independentemente do escrupuloso cumprimento de tais deveres. -----

25. Ora, do teor da Informação n.º 130/DAR/2018, produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, no dia 11 de julho de 2018, retira-se, desde logo, que a deslocação da tampa de saneamento se ficou a dever a um excesso de caudal provocado pelas condições climatéricas ocorridos -----

26. Ou seja, a movimentação da tampa de saneamento, fazendo fé na informação dos serviços, teve na sua origem, única e exclusivamente, nas condições climatéricas adversas e inesperadas. -----

27. Sendo certo que, e como é do conhecimento geral, entre o dia 21 e 22 de junho de 2018, a cidade de Chaves foi atingida, de forma inesperada, por um forte temporal que provocou danos por todo o concelho, incluindo inundações e deslizamentos de terras, abrangendo, os mesmos, uma grande extensão do Concelho. -----

28. Tanto mais que o sinistro ocorreu pelas 08h05 dia 22 de junho de 2018, ou seja, poucas horas após a ocorrência das condições climatéricas acima descritas. -----

29. Assim sendo, se por um lado é verdade que impende sobre a Câmara Municipal o dever de manutenção e vigilância das vias de trânsito sitas no domínio público municipal, também é verdade que os factos descritos pelo peticionário tiveram origem em circunstâncias extraordinárias e imprevisíveis, que não poderiam ser controladas pela Autarquia local. -----

30. Logo, não se vislumbra que haja sido omitido qualquer dever de cuidado por parte deste Município que permita ao interessado fazer a imputação subjetiva do acidente. -----

31. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

IV - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo requerente, não decorrendo, dos factos evidenciados, qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos sofridos no seu veículo; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 27 de julho de 2018 -----
 O Técnico Superior Jurista -----
 (Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 30/07/2018 -----

Visto. Concordo com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à adoção de decisão consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão apresentada, de acordo com os fundamentos desta informação técnica. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.30-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.07.30-----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. "MARATONA FUTEBOL DE PRAIA" - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS - REQ: GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL DOS ASES DA MADALENA. INF 148/STL/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

Considerando que a Associação denominada "Grupo Desportivo Recreativo e Cultural dos Ases da Madalena", com sede no Largo de São Roque, União de freguesias da Madalena e Samaiões, concelho de Chaves veio, através de requerimento solicitar autorização para a realização dos eventos denominados "Maratona Futebol de Praia, Voleibol, Futvolei e Futebol Praia Kids, ", a realizar no Campo de Futebol Praia, de 20 de julho a 13 de agosto de 2018; -----

Considerando que, no aludido requerimento, a Associação "Grupo Desportivo Recreativo dos Ases da Madalena" solicitou, também, através de requerimento do dia 20 de julho de 2018. a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes; -----

Considerando que a Associação em causa tem um caráter cultural, recreativo, formativo, desportivo e social, conforme decorre dos respetivos Estatutos, documento cujo teor integral se anexa ao presente Despacho; -----

Considerando que a matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

Considerando que o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: --

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias."; -----

Considerando, ainda, que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá

ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º 8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

Considerando que a requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: -----

- Documento comprovativo da natureza jurídica; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social; -----
- Declaração de não dívida à Autoridade Tributária; -----

Considerando que, de acordo com a informação prestada pela Divisão de Gestão Financeira, a Associação em causa não tem dívidas perante o Município de Chaves, documento cujo teor integral se anexa; -----

Considerando que a data do início da Maratona em causa teve lugar no dia 20 de julho de 2018; -----

Considerando que, no pretérito dia 30/07/2018, foi autorizada, pelo Presidente da Câmara, a emissão de Licença Especial de Ruído: -----

Ciente das razões acima evidenciadas, tendo como credencial legal o disposto no n.º 3, do Artigo 35, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente praticar quaisquer ato da competência desta, ficando, todavia, estes sujeitos a ratificação, na primeira reunião do executivo realizada após a sua prática; -----

Nesta conformidade, no caso individual e concreto ora em apreciação, encontram-se reunidos todos os pressupostos legais decorrentes da aplicação de tal norma, a saber: -----

. Urgência da situação em face dos factos anteriormente descritos; --
 . Impossibilidade de realização, em tempo útil, de uma reunião extraordinária do executivo municipal, tendo em linha de conta a urgência na tomada de decisão - data do início da realização de tal evento (20/07/2018), sendo certo que o despacho autorizador, do Presidente da Câmara, para a emissão do título em causa, foi praticado no dia 30/07/2018. -----

Refira-se que o valor das taxas administrativas associadas à emissão da licença especial de ruído para o fim em vista, ascendem ao montante de € 854,45 (Oitocentos e Cinquenta e Quatro Euros e Quarenta e Cinco Cêntimos); -----

II - Da Proposta -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, sugere-se que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que seja reconhecida, pelo Presidente da Câmara, que o requerente reúne o requisitos legais para poder beneficiar da isenção das respetivas taxas, no valor de €854.45 (oitocentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos), de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

b) Sequencialmente, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, ao abrigo do disposto no n.º 3, do art. 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em vista à obtenção da necessária e competente ratificação da presente decisão; -----

c) Que seja notificada a requerente do teor integral da decisão administrativa que vier a ser tomada sobre a matéria, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo; -----

d) A deliberação que vier a ser tomada, deverá ser comunicada à Divisão de Gestão Financeira, para efeitos de controlo de isenções concedidas pela Autarquia Local. -----

Chaves, 30 de julho de 2018 -----

A Assistente Administrativa -----

Maria Manuela -----

Em anexo: Os referidos documentos. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.07.30. -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.30-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.07.30-----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 30.07.2018. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. PROPOSTA PARA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES NO EVENTO "9.ª BIENAL INTERNACIONAL DE GRAVURA DO DOURO 2018", QUE DECORRE DE 10 DE AGOSTO A 31 DE OUTUBRO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 152/DDSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - OBJETIVO DA INFORMAÇÃO-----

A presente informação visa submeter, à consideração superior, uma proposta para autorização da participação do Município de Chaves na "9.ª Bienal Internacional de Gravura do Douro 2018". -----

II - ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA-----

De 10 de agosto a 31 de outubro irá decorrer a "9.ª Bienal Internacional de Gravura do Douro 2018", que estará patente em 8 Municípios (Alijó, Bragança, Celeirós, Favaios, Foz Côa, Régua, S. Martinho de Anta e Vila Real). -----

A mostra irá contar no total com a participação de 700 artistas, oriundos de 70 países, 1400 obras expositivas, 14 exposições, vários workshops e conferências. -----

Considerando que se trata de uma exposição de âmbito internacional, que envolve um grande número de artistas de diversos países e, portanto, terá uma divulgação não só nacional, como também além-fronteiras. -----

Considerando que as cidades acolhedoras da exposição terão a visita da comitiva da Bienal (cerca de 100 artistas oriundos de todo o mundo). Considerando que, para o Município de Chaves, a promoção e divulgação turística do Concelho são estratégias chave para o desenvolvimento. - Considerando que o potencial da exposição em causa se coaduna com a estratégia do Município para promover Chaves como destino turístico, neste sentido, propõe-se a participação de Chaves na referida mostra, de modo a acolher a exposição entre 10 de agosto a 31 de outubro. ---

Tendo em conta o número de obras e os artistas representados na referida exposição coletiva, propõe-se o acolhimento da mostra no Arquivo Histórico Municipal de Chaves. -----
Com a participação do Município na "9.ª Bienal Internacional de Gravura do Douro 2018", Chaves será incluído no programa do evento, nomeadamente: -----

- Inclusão de textos do Senhor Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Chaves em 1.000 exemplares bilingue do catálogo da Bienal do Douro; -----
- Inclusão do logotipo e da página promocional do Município de Chaves em 1.000 exemplares do catálogo da Bienal do Douro; -----
- Inclusão do logotipo do Município de Chaves no cartaz do evento e em todo o material promocional impresso e digital referente à exposição (cartaz, flyers, outdoors, website, etc); -----
- Visita da comitiva da Bienal (cerca de 100 artistas de todo o mundo), no dia 11 de agosto à exposição do Arquivo Histórico Municipal;-----
- Fornecimento de 10 exemplares do catálogo da Bienal ao Município de Chaves; -----
- Fornecimento de uma gravura à escolha (se possível presente na exposição de Chaves), para integrar o acervo/património artístico do Município. -----

Considerando que para assegurar a presente participação do Município de Chaves na "9.ª Bienal Internacional de Gravura do Douro 2018" é necessária a contratação de serviços para a organização e montagem da exposição. -----

Considerando que a estimativa total de custos proposta para a aquisição de serviços em causa se situa na ordem dos 4.000,00€ (quatro mil euros), devendo este valor ser pago à entidade Grupo Recreativo e Cultural de Alijó, com o contribuinte nº 501077804, para o IBAN PT50 004520204013170791527. -----

Em cumprimento do Código dos Contratos Públicos e tendo em vista a aquisição dos serviços em causa, para os efeitos previstos no n.º 1, do artigo 128º do CCP, pretende-se lançar mão do "Procedimento - Ajuste Direto, em regime simplificado". -----

A presente despesa tem enquadramento orçamental na rubrica dos instrumentos de gestão financeira, em vigor para o ano económico de 2018, com o seguinte número 02022002 - Promoção e Divulgação do Concelho. -----

III - PROPOSTA DE DECISÃO-----

Face ao exposto tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

1. Que seja autorizada a participação do Município de Chaves no evento "9.ª Bienal Internacional de Gravura do Douro 2018", a realizar no Arquivo Histórico Municipal, de 10 de agosto a 31 de outubro; -----
2. Que seja igualmente autorizada a abertura de procedimento por Ajuste Direto, em regime simplificado, tendo em vista a adjudicação do contrato de prestação de serviços no valor de 4.000,00€ (quatro mil euros) para organização e montagem da "9.ª Bienal Internacional de Gravura do Douro 2018"; -----
3. Por último, caso a presente informação venha a merecer concordância por parte do Exmo Senhor Vereador, Dr. Francisco Melo, deverá a mesma ser remetida para a Divisão de Gestão Financeira para operacionalização e salvaguarda do respetivo seguro das obras em exposição. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 24 de julho de 2018 -----
 A Técnica Superior -----
 (Vera Moura) -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.26-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.07.26. -----

Autorizo se desenvolva o proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. UNIVERSIDADE JÚNIOR 2018 - APOIO REEMBOLSO DA PROPINA. INFORMAÇÃO DDSC N°165 - SE N°69 / 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Esteve presente em reunião de câmara de 25 de janeiro de 2018, a Informação DDSC n°10/SE n°08/2018, referente ao programa Universidade Júnior. -----

Este programa desenvolve-se desde 2005, na Universidade do Porto e tem como objetivo a sensibilização dos jovens, desde o 5º ano até ao 11º ano, para a Ciência e Tecnologia, Artes e Ciências Sociais e Humanas. O valor da inscrição para cada jovem foi de 80,00 €, inscrição propina e 105,00 € - valor do alojamento 1 semana. -----

O Município de Chaves é parceiro deste projeto, tendo estabelecido um protocolo de colaboração com a Universidade do Porto, para o apoio à participação dos jovens do concelho. -----

Esse apoio consiste no transporte semanal dos alunos, ida e volta para o Porto e no pagamento da propina de acordo com o escalão (Escalão A - 50%, Escalão B - 25%, Escalão C - assumido pelo aluno) -----

Na edição de 2018, inscreveram-se 47 jovens, sendo que dois beneficiam do escalão A e três do escalão B, conforme tabelas seguintes: -----

• ESCALÃO A -----

Nome do Jovem	Nome Encarregado de Educação (EE)	NIF (EE)	Valor do Reembolso
Ana Carolina Rodrigues Anes	Maria Augusta Ferreira Rodrigues	202707660	40,00 €
Bruna Filipa Magalhães Ramos	Mª Glória de Barros Magalhães Ramos	209685107	40,00 €
TOTAL			80,00 €

• ESCALÃO B -----

Nome	Nome Encarregado de Educação (EE)	NIF	Valor do Reembolso
Ariana Rodrigues Alves	Patrícia Alexandra Rodrigues Monteiro	204312493	20,00 €
Daniel de Jesus Trinta Taveira	Daniela Trinta	206433794	20,00 €
Elber Filipe Paiva Marcos	Adão Gabriel Manuel Marcos	205547176	20,00 €
TOTAL			60,00 €

II - Proposta -----

Neste sentido face à proposta propõe-se superiormente: -----

1. Que sejam reembolsados os alunos supramencionados, de acordo com o protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Chaves e a Universidade do Porto, no valor total de 140,00 €, despesa que tem enquadramento orçamental através da rubrica 04070105; -----

2. Que caso esta proposta mereça concordância superior que a mesma seja encaminhada à Divisão de Gestão Financeira, para atribuição do respetivo cabimento e compromisso e posteriormente à próxima reunião de câmara para deliberação; -----

À consideração superior. -----

Chaves, 30 de julho de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Tânia Oliveira) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.03. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA DE RENDA (BAIRRO SOCIAL DOS AREGOS). INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº135/SHSDPC/N.º65/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.07.30-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 02.08.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 02/08/2018 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. ANÍBAL DE JESUS MACHADO INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº139/SHSDPC/N.º68/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.08.01-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 03.08.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 06/08/2018 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº128/SHSDPC/N.º110/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.07.16-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 02.08.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 02/08/2018 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. MARIA ELIAS DA COSTA RAPOSO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº131/SHSDPC/N.º63/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.07.24-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 30.07.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 30/07/2018 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. PROGRAMA DE APOIO À RENDA - PRORROGAÇÃO. PROCESSO N.º6 /2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº132/SHSDPC/N.º64/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.07.25-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 30.07.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 30/07/2018 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE PREÇÁRIO DE INGRESSO E DE PRODUTOS DE MERCHANDISING PARA O FESTIVAL "N2" CHAVES". INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 160 - DDSC. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento-----

Os festivais de música, vulgarmente designados por festivais de verão por ser neste período estival que se realizam, surgiram há mais de 30 anos, tendo especial relevância a década de 90 que viu nascer muitos dos consagrados festivais que ainda se realizam.-----

Em Chaves nunca houve um festival marcante na época de verão que aglutinasse ao mesmo tempo a música com o lazer e por consequência direta o desenvolvimento turístico. Foram-se esboçando pequenos festivais que de certa forma foram criando trajeto e nome. -----

Assim, para 2018, e consolidando o espírito dos festivais predecessores, irá surgir um festival de caráter e espírito universal, alicerçado em músicas do mundo para todas as idades e gerações. Apresente-se o Festival "N2" Chaves.-----

Fundamentação-----

Considerando a forte dimensão lúdica, cultural e turística que este festival irá aportar, à valorização dos territórios e espaços flavienses.-----

Objetivando como principal referente a consolidação de Chaves como região cultural e turística por excelência.-----

Considerando que o ingresso ao festival se irá processar através da compra de um bilhete.-----

Considerando que duas das categorias de bilhetes têm implícita a oferta de material promocional de merchandising.-----

Considerando que para tal se torna necessário a criação diferenciada de diferentes escalões e preços de ingresso para o festival.-----

Da Proposta em Sentido estrito-----

Decorrendo do atrás exposto, tomo a liberdade de propor a Vª. Exa, e no superior interesse do desenvolvimento deste projeto, o seguinte:--

1 - A criação de três escalões diferenciados de ingresso: -----

1.1 1,00€ - ingresso diário no festival (com emissão de 3000 bilhetes sequencialmente numerados de 0001 a 3000 impressos em papel de cor diferenciada para cada dia);-----

1.2 2,50€ - ingresso para os três dias de festival com oferta do chapéu (com emissão de 1000 bilhetes sequencialmente numerados de 0001 a 1000);-----

1.3 12,50€ - Kit com merchandising (inclui todos os produtos em venda) do festival com ingresso para 3 dias (com emissão de 100 bilhetes sequencialmente numerados de 001 a 100).-----

1.4 Entrada gratuita para crianças com idade até 6 anos (inclusive);-
2 - A autorização para a execução e venda dos seguintes produtos de merchandising inerentes ao evento Festival N2 Chaves, a saber:-----

PRODUTOS	VALOR DE VENDA	CUSTO ESTIMADO DE AQUISIÇÃO
TOALHA REFRESCANTE	3,00 €	2,74€ C/IVA
T-SHIRT	5,00 €	5,12€ C/IVA
PORTA-CHAVES	2,00 €	1,66€ C/IVA
CHAPÉU DE PALHA ESCURA	2,50 €	2,58€ C/IVA
SACO-MOCHILA	1,20 €	1,16€ C/IVA

Se for entendimento superior que o que é proposto deve merecer aceitação, que a mesmo seja presente na próxima reunião de câmara para apreciação e aprovação.-----

À consideração Superior-----

Chaves 03 de julho de 2018-----

A equipa de missão-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.04 -----A

presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.04. -----

Visto. À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

9. CONSTITUIÇÃO DAS REGRAS DE ACESSO AO ACAMPAMENTO DE APOIO AO FESTIVAL N2 - CHAVES. INFORMAÇÃO N. 183/DDSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

No seguimento dos preparativos para a realização do Festival N2 Chaves, que se irá realizar pela primeira vez este ano neste formato; -----

Considerando que o formato do mesmo comporta o estabelecimento de uma zona de campismo gratuita para os festivaleiros que assim o desejarem; Considerando, que para o bom funcionamento desse mesmo acampamento gratuito é necessário a criação de regras de acesso e utilização. ---

Considerando o período estival em causa, gerador de grandes fluxos de jovens e emigrantes em férias residentes no concelho. -----

Objetivando como principal referente a consolidação de Chaves como região cultural e turística por excelência. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito: -----

Face ao exposto, propõe-se a autorização e estabelecimento de algumas regras básicas para o funcionamento da zona de acampamento gratuito, as quais se reproduzem em baixo: -----

1. O acesso ao Camping somente será permitido às pessoas que comprarem bilhetes para o festival, sendo as mesmas identificadas com pulseiras fornecidas pelo evento. O bilhete de 3 dias dará acesso ao campismo desde as 16 horas de dia 9 de agosto até às 14 horas de dia 12 de agosto, quando acompanhado da respetiva pulseira de camping; --

2. Os bilhetes diários, quando acompanhados da respetiva pulseira de camping, darão apenas acesso ao campismo no dia em questão, tendo saída obrigatória até às 14 horas do dia seguinte; -----

3. Acesso prioritário ao acampamento a não residentes no concelho;-

4. Ingresso sujeito à lotação do espaço; -----

5. Devem ser mantidas e respeitadas as condições de higiene e segurança do espaço. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 26 de julho de 2018 -----

Técnico Superior -----

(Jorge MP Leite) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.03 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. LEGALIZAÇÃO – ART.º 73 C DO REGULAMENTO –INFORMAÇÃO 235/DSCH/18, DA ARQ. SOFIA TENREIRO ATAIDE COSTA GOMES, DE 13/06/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

1.1 Através do requerimento n.º 143/18, referente ao processo n.º 47/18, o Sr. ANTÓNIO JOAQUIM FINTEIRO, na qualidade de proprietário de um edifício de comércio e/ou serviços, situado na das Portas do Anjo, em Chaves, veio solicitar a legalização das obras de alteração, levadas a efeito sem controlo prévio da Administração; -----

1.2 De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano é uma casa com área total do terreno de 112,00 m², área coberta de 94,00 m² e área descoberta de 18,00m², composição de rés-do-chão e 1.º andar, anexo e logradouro, está inscrito na matriz urbana com o n.º 1341 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1257/20090216, da freguesia de Santa Maria Maior. --

2. ANTECEDENTES -----

O imóvel não tem antecedentes no município. Verificados os extratos das plantas de 1940 e 1950 comprovou-se que o imóvel é anterior a 7 de agosto de 1951. -----

3. SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR -----

O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º 4, do artigo 102.º- A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido;
- Caderneta Predial Urbana do Serviço de Finanças referente ao prédio abrangido; -----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local da obra; -----
- Memória descritiva e justificativa (Arq. Mónica Sofia Ferreira);
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional; -----
- Declaração do topógrafo (Eng. António José Durão Branco); -----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital; --
- Quadro de áreas; -----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto; -----
- Fotografias; -----
- Desenho de alterações; -----
- Ficha de elementos estatísticos; -----
- Projeto de arranjos exteriores; -----

- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;
 - Projeto de águas pluviais; -----
 - Termo de responsabilidade do estudo de comportamento térmico; -
 - Termo de responsabilidade do projeto acústico; -----
4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----
- 4.1 NO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO -----
- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) n.º 732/2015, de 22 de outubro de 2015, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável em conformidade com o n.º 6 do artigo 73.ºC do REMU e instruído com todos os elementos necessários à realização da mesma. -----
- 4.2 NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL -----
- 4.2.1 De acordo com extrato da planta de ordenamento n.º 34A do Plano Diretor Municipal (PDM), o prédio em análise encontra-se em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.1 - Cidade de Chaves;--
- 4.2.2 Pela análise do processo, segundo a sua localização, o imóvel está integrado na área de proteção constante do anexo n.º 3, disposto no ponto n.º 1 do artigo 64.º do Regulamento do PDM o terreno objeto do pedido encontra-se inserido na área de proteção prevista no ponto 3 do mesmo artigo;-----
- 4.2.3 Encontra-se na Servidão administrativa da "Zona de proteção ao Castelo de Chaves, incluindo os restos de muralhas militares existentes na cidade e os Fortes de São Neutel e São Francisco", M.N., Decreto n.º 28536 de 22 de março de 1938; -----
5. RESPONSABILIDADE -----
- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados; -----
6. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----
- 6.1 Em conformidade com o previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), o processo em análise foi procedido de vistoria municipal, realizada pela comissão responsável;-----
- 6.2 De acordo com a vistoria realizada em 17 de maio de 2018, da qual resultou o Auto de Vistoria n.º 38/2018, que refere a " (...) *que não há necessidade de realização de obras de correção e/ou adaptação no edifício, objeto de vistoria.*";-----
- 6.3 O requerente pretende a legalização da alteração de uma habitação para comércio e/ou serviços de um edifício anterior a 7 de agosto de 1951, com a área bruta de construção existente de 188,00 m2. As alterações propostas, não preconizam aumento de área; -----
- 6.4 Para além da legalização das obras executadas sem controlo prévio, a intervenção foi efetuada por forma a melhorar as condições de conservação e salubridade, valorizando o edifício com melhorias estéticas, funcionais e do seu isolamento térmico/acústico. Esta intervenção é concretamente ao nível das coberturas, caixilharias e casa de banho, conforme peças desenhadas; -----
- 6.5 Pretende-se também alterar o uso de habitação para comércio e/ou serviços; -----
- 6.6 De acordo com o disposto na alínea a), do n.º 2, do art.º 19.º do

Plano Diretor Municipal¹ (PDM), a edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio;-----

6.7 Assim, tendo-se constatado tratar-se de um edifício integrado na malha urbana do centro histórico da cidade de Chaves consolidado, que não tem alteração quanto altura de cércea ($8,30\text{ m} \leq 20,00\text{m}$ - cércea máxima para a categoria 1.1 da cidade de Chaves) do edifício e tendo resultado da vistoria que a intervenção se integra com harmonia na frente urbana definida pelo conjunto de fachadas dos edifícios confinantes, é possível concluir que, o projeto em apreciação pode ser enquadrado na alínea a) do n.º 2, do art.º 19.º e art. 26.º do PDM;--

6.8 O imóvel destina-se a comércio e/ou serviços, possui 2 pisos. A legalização pretendida não altera a área bruta de construção e o volume;-----

6.9 No que concerne à acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, referente ao regime de acessibilidades disposto no Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto, proponho a aplicação do regime excecional previsto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2014 de 8 de abril, alterada pelo D.L. n.º 194/2015 de 14 de setembro, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana.-----

7. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----

7.1 Considerando, que o edifício está inserido no património edificado do centro histórico de Chaves, e que a intervenção se enquadra nas regras estéticas da salvaguarda do património, no meio em que se

¹ Aviso n.º 5233/2018 - Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, de 18 de abril. -----

CAPÍTULO II - Usos dominantes do solo e edificabilidade -----

SECÇÃO II - Espaços urbanos e urbanizáveis (classe 1) -----

Artigo 19.º - Regras de edificabilidade -----

1 - A edificabilidade em lotes ou parcelas constituídos ao abrigo de projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes rege-se pela disciplina instituída por estes instrumentos. -----

2 - A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras: -----

a) A edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio tal como é disposto no artigo 26.º, considerando-se como: -----

i) Moda da cércea - a cércea que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana; -----

ii) Frente urbana - superfície, em projeção vertical, definida pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública e compreendida entre duas vias ou espaços públicos sucessivos que nela concorrem; -----

... -----

Artigo 26.º - Alinhamentos das edificações e dos muros de vedação ---

1 - A implantação das edificações e dos muros de vedação confinantes com a via pública em espaços pertencentes a qualquer das categorias desta classe cumprirá os alinhamentos especificamente estabelecidos para o local. -----

insere; -----

7.2 Considerando que as obras a legalizar e propostas respeitam o artigo 19.º e 64.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;

7.3 Considerando que o uso pretendido para o imóvel, destinado a comércio e/ou serviços, se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

7.4 Considerando, que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a lajeado de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos; -----

7.5 Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer incumprimento de normas técnicas de construção; -----

7.6 Considerando que o pedido se encontra instruído com todos os elementos necessários ao procedimento em análise;-----

7.7 Considerando que não há necessidade de realização de obras de correção e/ou adaptação no edifício;-----

7.8 Considerando que não há qualquer aumento de área de construção inicial.-----

8. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: --

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração do comércio e/ou serviços, deverá o interessado, em conformidade com o n.º 10 do artigo 73.º-C do RMUE, e de acordo com o preceituado no n.º 14, do mesmo artigo do referido diploma legal, o requerente deverá requerer num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

O referido Auto de Vistoria n.º 38/2018 deverá ser fornecido ao requerente junto com a presente informação -----

9. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO -----

Deverão ainda ser liquidadas as taxas devidas pela realização da operação urbanística em causa nos termos do descrito no artigo 117.º do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro e previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 238,80 euros (duzentos e trinta e oito euros e oitenta cêntimos), de acordo com o discriminado:

Descrição	Un. Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		

Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)				
Artigo 66.º Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação				
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1	64,85 €	64,85 €
n.º 4	Para comércio, serviços, acresce ao valor referido em 1., por unidade de ocupação			
a)	Até 300 m2 de área bruta de construção	1	108,10 €	108,10 €
b)	De 301 m2 a 2000 m2 de área bruta de construção	0	216,10 €	0,00 €
c)	Superior a 2000 m2 de área bruta de construção	0	540,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	11,85 €	11,85 €
Artigo 76.º				
n.º 6	Vistoria	1	54,00 €	54,00 €
TOTAL				238,80 €

Considerando que não há aumento de área e as taxas urbanísticas deveriam ter sido liquidadas aquando da construção inicial, não há lugar ao cálculo de taxas de infraestruturas. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 03.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO DE UM MURO DE VEDAÇÃO - ART.º 73 C DO REGULAMENTO - SITUADO NA RUA DA QUINTELA, N.º 32, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ TRINDADE E SANJURGE - MIGUEL FRANCISCO BORGES SIMÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 1207/SCOU /2018, DA ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1. Requerimento -----

Vem o Sr.º Miguel Francisco Borges na qualidade de proprietário através do requerimento n.º1398/18 (processo n.º 129/18 vem dar cumprimento ao solicitado por informação n.º226/SCOU/2018 e consequentemente solicitar licença especial de legalização de um muro de vedação de propriedade situado na rua da Quintela n.º32, freguesia de Santa Cruz Trindade e Sanjurge".-----

1.2. Antecedentes-----

Aos três dias do mês de janeiro do corrente ano foi lavrado auto de embargo e suspensão de obras particulares referentes às obras de construção de dois muros de vedação. Um com uma altura aproximada de 2.0m numa extensão de 22 metros a confinar com a rua da Quintela, e o outro com uma altura aproximada de 2.40m numa extensão de 20.00metros a confinar com a ruela de Quintela .A obra foi ainda sujeito a auto de embargo e suspensão de obras lavrado a 3 de janeiro de 2018.-----
Por requerimento n.º666/17 veio o peticionário dar início ao processo n.º 129/18 solicitando "nos termos da alínea a) do art.º 2º do Dec. Lei

nº 555/99 alterado e republicado pelo DL nº 136/2014 a "aprovação do licenciamento e emissão de licença de construção relativo à obra de demolição de um edifício e regularização de um muro de vedação. Por informação técnica de 14 de fevereiro que recaiu no requerimento foi transmitido ao requerente que o procedimento era nos termos artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação(doravante designado por RJUE) bem como do artigo 73-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação para o concelho de Chaves(RMUE) a legalização e que em termos de qualquer intervenção urbanística no referente aos muros deverá ter em conta a leitura da envolvente não devendo ultrapassar a altura total dos muros encimados por gradeamento existentes a norte na Rua da Quintela, promovendo a mesma continuidade para a ruela de Quintela. -----

1.3. Pretensão -----

Pelo presente requerimento , verifica-se que o muro de vedação construído inicialmente sem o respetivo controlo prévio , irá sofrer obras de demolição patenteadas em peças anexas, de forma a que a sua altura vá ao encontro altimétrico dos muros adjacentes tanto na rua de Quintela como no Beco .Assim o muro ficará na rua da Quintela com uma altura (em bloco) de 1.20m encimada por gradeamento até à altura de 1.75m a norte 1,80m a sul numa extensão de 22.50m.l.No Beco da Quintela o muro segue a altura existente a norte, com 3.10m descendo gradualmente(numa extensão de 20m) até encontrar o muro na rua da Quintela com 1.80m -----

2. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1. Enquadramento da pretensão nas disposições do PDM-----

Tendo em conta a demarcação acima reproduzida à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal, constata-se que encontra-se na Classel - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria U1-Cidade de Chaves.--

2.2. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE, salientando-se que a respetiva instrução tem enquadramento na Portaria 113/2015. -----

2.3. - Enquadramento no regulamento municipal de edificação e urbanização.ⁱ-----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC-Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 de seguida designado por RMUE. Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu nº13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização. -----

Dado tratar-se de um muro de vedação o alinhamento do muro tem enquadramento no ponto 3 do artigo 21 do RMUE-----

3. ANALISE DO PROCESSO-----

3.1. Analise da instrução do processo-----

A instrução do pedido encontra-se em consonância com o preconizado na parte I e no n.º 15 e no n.º16 da parte III, do anexo I da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, cumulativamente com o n.º6 do Artigo 21.º do Regulamento Municipal e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE.-----

3.2. Analise processual-----

O processo ora apresentado encontra-se em conformidade com a legislação nomeadamente o definido no artigo 21 do RMUE, bem como o definido no regulamento de caminhos e estradas principais.-----

4. PARECER-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída, face ao qual e nos termos do nº12 do artigo 73-C considera-se que poderá ser dispensada a realização de vistoria prévia de legalização (Refira-se ainda que por se tratar de um muro de vedação não é comum associar autorização de utilização a este tipo de obras).-----

O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

5. Proposta de decisão-----

Pelo exposto, no ponto 3 e 4 o deferimento do pedido de **licença especial de legalização** no referente à edificação do muro supra identificada.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do nº14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março-----

. Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo:-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMIÇÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64.85 €
n.º 10	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edificios identificados nos n.ºs anteriores, acresce ao valor referido em 1	42	1,00 €	42.00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85 €	11.85 €
	TOTAL			117.70 €

À consideração superior-----

Chaves, 27 de julho de 2018-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 27/07/2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Muro de vedação de propriedade), o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização a requerer pela interessada.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 03.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. ALTERAÇÕES AO PROJETO DE ARQUITETURA E CORRESPONDENTES PROJETOS DE ESPECIALIDADES, COM VISTA À EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE LEGALIZAÇÃO. NO ÂMBITO DE UM PROCEDIMENTO DE LEGALIZAÇÃO, DEFERIDO PELO EXECUTIVO, EM REUNIÃO DE CÂMARA REALIZADA EM 23/06/2017 - PRÉDIO SITUADO NA RUA D. MARIA DA NATIVIDADE DELGADO N.º 32, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ TRINDADE E SANJURGE - JOSÉ MANUEL GONÇALVES PEIXEIRO - INFORMAÇÃO N.º 1056/SCOU/18, DA ENG^a VITÓRIA ALMEIDA. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

O Sr. José Manuel Gonçalves Peixeiro, através do requerimento n.º 658/18, datado de 23/03/2018 e completado pelo requerimento n.º 867/18, de 02/05/2018, no âmbito de um procedimento de legalização, previsto no processo n.º 403/16, apresenta os projetos de especialidades, com vista ao deferimento final do pedido de licença especial de legalização, para a realização de obras de ampliação da edificação principal e de construção do 2.º volume da unidade (composto pelos dois volumes unidos pela pérgula, localizados no tardoz do lote), complementares da edificação principal, sito Rua D.^a Maria da Natividade Delgado, lote n.º 59, n.º 32, da União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, do concelho de Chaves. -----

2. LOCALIZAÇÃO -----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, a pretensão projeta-se no prédio rústico, denominado lote n.º 59, situado em Quintela freguesia de Santa Cruz/Trindade, com uma área total de 620m², com uma área descoberta de 620m², inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo nº529 natureza rústica (parte), composto de lote de terreno para construção urbana, confronta de norte com Lote n.º 58, de nascente com lote n.º 55, de sul com lote n.º 60 e de ponte com arruamento, desanexado do n.º 53389, de fls 37, do livro B - 128. -----

3. ANTECEDENTES-----

3.1 No âmbito do presente processo, em reunião de câmara de 23/06/2017, sob proposta da Informação n.º 773/SCOU/2017, o Executivo deliberou, deferir o pedido de legalização, de obras de construção de um anexo sem os respetivos atos administrativos de controlo prévio, assim como deferimento final do pedido de licença especial de legalização, para a realização de obras de ampliação da edificação principal e de construção do 2.º volume da unidade (composto pelos dois volumes unidos pela pérgula, localizados no tardoz do lote), complementares da edificação principal, inerentes ao presente procedimento de legalização.-----

3.2 O procedimento de legalização referido foi por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada em 10/11/2017, por comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º 6 do artigo 73.º-C do RMUE e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma.---

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A pretensão, consubstancia alterações ao projeto de arquitetura e

correspondentes projetos de especialidades, de um procedimento de legalização, com licença especial de legalização, para a realização de obras, deferido pelo executivo, em reunião de camara realizada em 23/06/2017 aprovadas em reunião de camara realizada em 23/06/2017, referente a uma operação urbanística ilegal, isto é, de construção de uma garagem e anexo sem os respetivos atos administrativos de controlo prévio e cumulativamente a emissão de licença especial para a realização de obras de ampliação da habitação unifamiliar e obras de construção do 2.º volume da unidade (composto pelos dois volumes unidos pela pérgola, localizados no tardo do lote), complementares da edificação principal, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE. em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, RMUE.-----

4.2 Instrução do pedido e Responsabilidade-----

O pedido encontra-se instruído com todos os elementos necessários ao procedimento em análise.-----

São apresentados os termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do plano de acessibilidades, dos projetos de especialidades, arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do autor do levantamento topográfico atestando a conformidade com os elementos cadastrais.-----

4.3 Enquadramento em Loteamento-----

A pretensão insere-se numa operação de loteamento, alvará inicial de loteamento n.º 7/78, contudo trata-se de um loteamento antigo, sem especificações, O requerente optou pelo regime de licenciamento, em conformidade com o n.º 6, do artigo 4.º do RJUE.-----

4.4. Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

De acordo com extrato da planta nº 34B do Plano Diretor Municipal, o lote em análise localiza-se em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.1 - cidade de Chaves, que, nos termos do n.º 2 do artigo 19º do Regulamento do PDM de Chaves, em vigor, prevê os seguintes indicadores urbanísticos para o local, índice de construção $\leq 1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$, cêrcea máxima $\leq 20 \text{ m}$, n.º máximo de pisos ≤ 6 pisos e estacionamento - 1 lugar/fogo. -----

O projeto de alteração, por leitura da ficha de medição, folha 472 do processo, traduz os seguintes parâmetros urbanísticos, índice de construção = $0,539 \text{ m}^2/\text{m}^2$, cêrcea = $8,85 \text{ m}$, n.º de pisos - 2 e estacionamento - 1 lugares (garagem) 1 lugar no logradouro.-----

Da análise comparativa dos anteriores parágrafos, verifica-se a adequação do projeto aos parâmetros e índices do PDM para o local. Mais se refere estamos perante um pedido de alteração ao projeto de arquitetura inicial, no âmbito de um procedimento de legalização, deferido pelo executivo, em reunião de camara realizada em 23/06/2017 e sem aumento da área bruta de construção.-----

5. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1 A proposta de alterações apresentada, prevê a modificação de um dos volumes, que integra a construção isolada, com uso complementar da construção principal, o qual é composto de sala, arrumo, lavandaria e instalação sanitária. Com as alterações propostas verifica-se uma ligeira redução da área bruta de construção, havendo, contudo, um prolongamento do referido volume junto à extrema confinante com o lote 60, as alterações incidem também ao nível da compartimentação interior e consequentemente ajuste dos vãos em termos exteriores, mantendo-se os dois volumes unidos pela estrutura pérgolada.-----

5.2 Consta dos elementos instrutórios, um estudo de sombreamento, provocado pela alteração ao projeto de arquitetura, para construção do 2.º volume da unidade (composto pelos dois volumes unidos pela

pérgula, localizados no tardo do lote), "(...) por forma a demonstrar que a construção do anexo não cria insolação aos edifícios confinantes (...) mínimo", página 365 e subsequentes folhas n.º 364, 363 do processo, com vista ao cumprimento do artigo 33.º, sob epígrafe Anexos e construções secundárias, do RMUE. Assim fazendo fé no estudo subscrito pelo técnico, as questões de salubridade e insolação dos edifícios, consideram-se acautelados, assim sendo o projeto de alterações poderá ser aceite. -----

6. PROPOSTA DE DECISÃO -----

6.1. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas legais aplicáveis, de acordo com o descrito no artigo 20.º do RJUE, entende-se propor deliberação favorável às alterações ao projeto de arquitetura inicial e correspondentes projetos de especialidades, (apresentados através do requerimento n.º 1532/17 de 30/08/2017 e completado pelos requerimentos n.º 658/18, de 02/04/2018 e n.º 867/18, de 02/05/2018), com vista à emissão de licença especial de legalização, no âmbito de um procedimento de legalização, deferido pelo executivo, em reunião de camara realizada em 23/06/2017.-----

6.2 Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

6.3 Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

6.4 Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de aprovação das alterações ao projeto de arquitetura e correspondentes projetos de especialidades, com vista à emissão da licença especial de legalização, que antecede a realização de obras de ampliação da habitação unifamiliar e obras de construção do 2.º volume da unidade (composto pelos dois volumes unidos pela pérgola, localizados no tardo do lote), complementares da edificação principal e no âmbito do procedimento de legalização, deferido pelo executivo, em reunião de camara realizada em 23/06/2017.-----

6.5 Caso a decisão proferida seja de acordo com o proposto no ponto anterior, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 76º do RJUE, deve o interessado requerer a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano, apresentando para o efeito os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008, de 3 de março, para que se possa emitir o respetivo alvará de licença especial de legalização.-----

6.6 Considerando que da análise aos projetos apresentados se verifica que irá haver lugar à produção de resíduos com um volume superior a 1m3, deverá o empreiteiro ou promotor indicar que tipo de solução que irá ser utilizada para os resíduos produzidos na obra, bem como os meios e equipamentos a utilizar e o local de vazadouro, de acordo com os artigos 32.º e seguintes do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos sem o que não é possível emitir a respetiva licença de construção.-----

6.7 Deverá o empreiteiro enquanto responsável pela produção de resíduos de construção e demolição (RCD), ter conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de RCD, de acordo com o modelo constante do anexo II do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março.----

6.8. Mais se refere face à reorganização administrativa do território

das freguesias(2) deverá ser apresentado documento com a identificação do prédio inscrito no novo artigo por referência à nova freguesia à qual o mesmo passou a pertencer, pese embora o prédio continue a estar descrito na freguesia a que pertencia anteriormente, assim como a retificação da natureza do prédio, na CCRP.-----

À consideração superior-----

Chaves, 27 de julho de 2018-----

7. CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²)-----

Edifício destinado a habitação unifamiliar (ampliação) e "edifício de anexos" (sendo a referida unidade composta pela junção dos dois volumes unidos por uma pérgula), face às alterações ao projeto de arquitetura, de acordo com a folha 348 do processo-----

PISO	Habitação unifamiliar (ampliação)		Edifício de anexos (composto pela junção dos dois volumes unidos por uma pérgula)	TOTAL
		garagem	alpendre	
1.º andar				
r/chão		30,30	49,75	51,80= (12,45+13,10+10,70+4.65+10.90)
TOTAL		30,30		51.80

Cércea⁽³⁾

-

8,85ml

volume - 1300,00m³

Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Como se tratam de obras de edificação em área abrangida por operação de loteamento, não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, em conformidade com o ponto 2, do artigo 23, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização de operações urbanísticas. -----

Cálculo das taxas (administrativas) de licença especial de legalização (artigo 66.º da seção IV e artigo 76.º da seção V)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Seção IV	EDIFICAÇÕES			
Subseção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1	64,85 €	64,85 €
n.º2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m²	1	75,65 €	75,65 €
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1., por m²	81,1	1,00 €	81,10 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	6	11,85 €	71,10 €
Seção V	VISTORIAS			
Artigo 76.º	Outras vistorias			
n.º 6	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas	1	54,00 €	54,00 €
	TOTAL			346,70 €

TOTAL A PAGAR..... ∑ 0 € + 346,70 € = **346,70 €-----**

² Na sua sequência, da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias do país -----

³ Designação do limite da altura de um edifício para uma rua; também define uma bitola ou molde para marcar os cortes nas peças de cantaria.

O valor total das taxas a liquidar é assim de 346,70 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro anterior (taxas administrativas).-----
À consideração superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 30/07/2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização dos dois imóveis em causa (moradia unifamiliar e anexo de apoio à mesma). No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa de que os imóveis a que se respeita, foram objecto de legalização.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 03.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE MODALIDADE DA CAUÇÃO, DESTINADA A GARANTIR A BOA E REGULAR EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO N.º 60/14 - HABITAÇÃO COLETIVA SITUADA NA QUINTA DO PEDRETE - RUA NICOLAU TOLETINO, SANTA MARIA MAIOR - HERMÍNIO ALVES DO FUNDO - INFORMAÇÃO N.º 1214/SCOU/18 DA ENGª CONCEIÇÃO REI. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado com o n.º 1393/18, referente ao processo n.º 467/13, o Sr.º Hermínio Alves do Fundo, solicita a substituição da garantia bancária N/NR11550, emitida pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A, actualmente no valor de € 3 739,90 (três mil setecentos e trinta e nove euros e noventa cêntimos), por depósito em dinheiro.-----

2-ANTECEDENTES-----

2.1-A requerente possui o alvará de obras de construção n.º 60/14, que titulou a aprovação das obras para construção de edifício destinado a habitação coletiva, com configuração semelhante a moradias em banda contínua, unidas por cave comum, com a área de 1 908,45 m2, construído no prédio urbano, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Maria Maior sob o artigo 1569-P e descrito na Conservatória do registo Predial de Chaves com o n.º 3869/20130508.-----

A licença supra referida também titulou o licenciamento das obras de urbanização, incidentes em áreas cedidas ao domínio público, destinadas a passeio e baía de estacionamento.-----

2.2-Para garantia da boa e regular execução das referidas obras de

urbanização foi apresentada caução, mediante garantia bancária N/NR 11550, no valor de € 55 276,04 (cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e seis euros e quatro centímetros), destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, necessárias á construção do referido imóvel.-----

2.3-Em reunião de câmara de 28 de junho do corrente ano, sob proposta da INFORMAÇÃO N° 968/SCOU/2018, o Executivo deliberou deferir o pedido de receção provisória das obras de urbanização inerentes à execução do reperfilamento da rua Nicolau Tolentino, rede de Abastecimento de Água, redes de Drenagem de Águas residuais Domésticas e Pluviais, Eletricidade e Telecomunicações, tituladas pelo alvará de obras de construção n° 60/14 e reduzir o valor da caução para o montante de € 3 739,90, nos termos do disposto na alínea b) do n° 4 do artigo 54° do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 136/2014, o qual aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

3-ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

O promotor vem ao processo registado com o n° 467/13, solicitar a alteração à licença, nos termos do disposto no artigo 27° do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 136/2014, de 9/9, com incidência na especificação mencionada na alínea i) do n° 1 do artigo 77° do referido diploma legal.-----

4-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

4.1-Agendamento desta assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo que delibere concordar com a alteração da modalidade da caução prestada (de garantia bancária para depósito em dinheiro).-----

4.2-Caso a deliberação do Órgão Executivo que recair sobre a proposta referida no item 4.1 seja favorável, propõe-se que seja deferido o pedido do promotor, exarado no requerimento n° 1393/18 - substituição da modalidade da caução, nos termos do disposto no artigo 27° do Regime jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

4.3-Neste contexto, a nova caução a ser mencionada no 1° aditamento ao alvará de obras de construção n° 60/14, será - depósito em dinheiro, em substituição da garantia bancária N/NR 11550, emitida pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, actualmente no valor de € 3 739,90 (três mil setecentos e trinta e nove euros e noventa centímetros).-----

4.4- Propõe-se que o requerente seja notificado do teor da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica, nos termos do disposto no artigo 114° do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto- Lei n° 4/2015, de 7/1.-----

4.5-Mais se informa o requerente que deverá providenciar junto da Tesouraria deste Município para proceder ao depósito da quantia de € 3 739,90 (três mil setecentos e trinta e nove euros e noventa centímetros) e solicitar a emissão do aditamento ao alvará de obras de construção n° 60/14.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 01/08/2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara

Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de substituição da caução oportunamente prestada pelo requerente, com vista a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização tituladas pelo alvará de obras de construção n.º 60/14, através da garantia bancária número "N/Nr11550", emitida pelo "Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.", por depósito em dinheiro no montante de 3.739,90 euros.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 03.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. LEGALIZAÇÃO DE OBRAS DE ALTERAÇÃO DE ANEXO NOS TERMOS DO ART.º 73 C DO REGULAMENTO - PRÉDIO SITUADO NA RAMPA DO ALTO DA FORÇA, N.º 2 - SANTA MARIA MAIOR - CELSO MARQUES DE MAGALHÃES - INFORMAÇÃO N.º 1194/SCOU/2018, DA ENG.ª MARIA JOAO SANTOS TEIXEIRA CHAVES, DE 26/07/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1. Pretensão do requerente-----

Através de requerimento nº1526/18 os Sr. Celso Marques de Magalhães e António Luís Pereira Rosa na qualidade de comproprietários veem dar resposta ao solicitado por informação técnica de 13 de junho ultimo e assim dar continuidade ao processo n.º 358/12 solicitando nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a legalização de obras de alteração a um imóvel situado no Alto da Força nº2.-----

1.2. Antecedentes-----

- Por compulsa em arquivo da divisão verifica-se que para o mesmo local foram emitidas as seguintes licenças: Licença nº 222/69 em nome de António Rodrigues referente a um prédio com 2 habitações de R/C e andar com vistoria indeferida em 1970 por ter construído mais um piso)

- Licença nº 381/72 em nome de José Maria Silva Teixeira referente a um prédio de habitação unifamiliar de R/C e andar.-----

- Licença de obras n.º 46/90 em nome de Celso Marques Magalhães e Maria de Fátima Ceriz referentes às alterações à Lo n.º 381/72 passando o uso para prédio com 2 habitações constituída por cave R/C e andar e anexo para garagem.-----

- Licença de obras n.º 640/91 em nome de Celso Marques Magalhães (fração A) referente à construção de um anexo de 20m2.-----

- Existe em arquivo municipal certidão de propriedade horizontal de 1990 com a criação de 2 frações em que se encontram contempladas todas as licenças até essa data (incluindo a LO nº46/90). Fração A em nome do Sr. Celso Marques Magalhães e fração B em nome de António Luís Pereira Rosa.-----

- Existe ainda um processo n.º 390/17 referente a uma exposição face à chaminé existente no anexo do Sr. Celso um dos ora requerentes. Foi efetuado uma vistoria prévia para a legalização das obras de construção tendo sido elaborado o auto de vistoria nº138(2017) do qual

resultou que "o anexo com cobertura em terraço se enquadra pacificamente na sua envolvente" devendo o Sr. Celso Magalhães proceder à sua legalização.-----

2.Saneamento e apreciação liminar-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.os 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização.

3. Características e análise da pretensão-----

3.1.Caracterização e análise legislativa-----

Pelo requerimento nº 510/18 os proponentes pretendem a legalização das alterações a um imóvel em regime de propriedade horizontal.-----

De momento a área licenciada na parcela é de 294,24m2.-----

Pelo requerimento nº 510/18 os proponentes pretendem a legalização das alterações a um imóvel em regime de propriedade horizontal.-----

De momento a área licenciada na parcela é de 294,24m2.-----

Pretendem os comproprietários legalizar o anexo (1) da fração A numa área 23,27m2 destinado o mesmo a cozinha regional e arrumos encimado por terraço acessível, bem como um alpendre de 18m2 da fração B.-----

O anexo 1 foi sujeito a vistoria prévia para a legalização da obras de acordo com o acima reproduzido.-----

Pela presente operação de legalização a área bruta de construção do imóvel passa para 335.51 m2 o que nos leva a um índice de construção de IC= 0,49m2/m2 inferior ao permitido para o local à data da sua construção Ic=0,5 atualmente o índice é de Ic=0,8m2/m2).-----

Refira-se ainda que cumpre as condições agora estipuladas no regulamento do PDM em vigor.-----

3.2. -Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-05-04 da qual se anexa de seguida copia do essencial:-----

1. O anexo de apoio à fração "A", tem cobertura acessível, na qual se projeta uma chaminé, que não se eleva 0,50 m acima da parte mais elevada da cobertura das edificações contíguas existentes. Este anexo possui ainda, um terraço/varanda à extrema da parcela, com um guarda corpos de cerca de 1,00 m de altura;

. Por informação técnica de 13 de junho foi comunicado ao requerente o teor do auto bem como concedido o prazo de 15 dias apresentar projeto de alteração que retrate a regularização da situação(que a chaminé existente no anexo da fração A e de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo 113 do RGEU seja elevada pelo menos, 0m,50 acima da parte mais elevada das coberturas do prédio e, bem assim, das edificações contíguas existentes num raio de 10 metros) bem como apresentar fotografias elucidativas da elevação da chaminé de forma a cumprir o articulado citado. , Através do requerimento nº 1526/18 os petionários deram cumprimento ao teor da informação técnica agora citada.-----

4. Parecer/conclusão-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída.---
 - O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
 - Por requerimento nº 1526/18 verifica-se que foram sanadas as deficiências verificadas em auto vistoria realizada a 4 de maio.----
- Donde se constata não haver objeções à legalização da operação urbanística em causa.-----

5. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 3 da presente informação e conclusão descrita no ponto 4, sou a propor o deferimento do pedido de legalização da operação urbanística correspondente a construção de um anexo e alpendre acima identificados.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar e da construção de anexo de apoio, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

Nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações de legalização de anexo e alpendre é de 301.25 € de acordo com mapa de medição em anexo:-----

Anexo: Calculo do valor das taxas municipais-----**- Cálculo das taxas administrativas-(TA)-----**

Dado se tratar de legalização de uma operação urbanística, julga-se salvo melhor opinião, que apesar de não haver lugar a título efetivo de licença de edificação no entanto à data da sua construção a mesma estaria sujeita a esse título e consequentemente à liquidação de taxas administrativas.-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo	II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 €
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1., por m ²	41	1,00 €	41.00 €
	TOTAL			105,85€

Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI) - Nos termos do n.º 2 do artigo 23 do regulamento ora citado não são devidas as taxas de infraestruturas, se as mesmas já tiverem sido pagas aquando do licenciamento ou autorização da correspondente operação de loteamento.

- Cálculo das taxas de autorização de utilização TAU-----

	Autorização de utilização	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €

n.º 6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos números anteriores	2	2,65 €	5,30 €
TOTAL				33.40 €

Cálculo das taxas de Vistorias TV

Vistorias -artigo 75º		Un.	Taxa	Valor
Capítulo				
II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção				
V CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO				
Artigo 75º Vistoria para efeito de autorização				
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	54,00 €	54,00 €
2ºj)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	2	54,00 €	108,00 €
TOTAL				162,00 €
taxas administrativas-TA		105,85 €		
taxas de infraestruturas-TI		0,00 €		
taxas autorização utilização- TAU		33.40 €		
taxas de vistorias TV		162,00 €		
		301.25 €		
Valor total				

À consideração superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 27/07/2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito elencados nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram reunidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização dos imoveis em causa (anexo e alpendre) devendo no respectivo titulo constar a menção de que os mesmos foram objecto de legalização.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 03.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. LEGALIZAÇÃO DE OBRAS DE ALTERAÇÃO AO PRÉDIO LICENCIADO COM O N. 225/84 NOS TERMOS DO ART.º 73 C DO REGULAMENTO – PRÉDIO SITUADO NA RUA MANUEL JOAQUIM PEREIRA – VIDAGO – ROBERTO FERNANDES DELGADO – INFORMAÇÃO N.º 1211/SCOU/2018, DA ENG.ª MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS, DE 26/07/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I-Antecedentes-----

O requerente possui alvará de licença de obras n.º 225/84 refere-se à construção de um andar com 100,00 m2 num r/c existente, ficando

constituída a habitação de r/c e andar, sendo a titular Sr.^a Altina Rosa Fernandes, sita na Rua Manuel Joaquim Pereira, em Vidago.-----
Através do requerimento n.º 1964/17 o requerente vem solicitar a legalização de alterações uma habitação e anexos, sita na Rua Manuel Joaquim Pereira-Vidago, União das Freguesias Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos, em Chaves.-----

Face ao solicitado, pela requerente, e de acordo com o preceituado no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da **Vistoria Municipal**, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação existente desde 1974, conforme auto n.º 166 de 30/11/2017, o **qual se remeteu cópia ao requerente**.-----

Através do requerimento n.º 293/18, vem apresentar as especialidades solicitadas através da informação técnica de 03/01/2018. No entanto, não dá cabal ao solicitado no auto de vistoria n.º 166 de 30 de Novembro de 2017, no qual é referido no seu ponto n.º 3, que não dá cumprimento ao artigo 15 do RMUE, pelo que foi dado o prazo de 10 dias para vir a processo sob pena de rejeição liminar do pedido.-----

Através do requerimento n.º730/18, vem novamente o requerente apresentar elementos, nomeadamente os termos de responsabilidade, fichas de áreas, recibo de pagamento de água e luz, mas não apresenta o projeto de arquitetura com o cumprimento do artigo 15.º do RMUE solicitado na informação técnica de 09/02/2018, pelo que foi proposto o indeferimento conforme informação técnica de 29/05/2018, a qual esteve presente em reunião do executivo de 14/06/2018.-----

Através do requerimento n.º 1032/18, vem novamente o requerente apresentar projeto de arquitetura referente à habitação, mas nada refere sobre os anexos, nomeadamente não apresenta projeto de legalização, nem refere nada em memória descritiva e justificativa sobre a legalização dos mesmos.-----

A Técnica que subscreveu o projeto de arquitetura através do requerimento n.º 1383/18, faz uma exposição, na qual refere que todos os elementos onde consta o seu nome e assinatura são falsos. Entretanto, subscreve a técnica através do requerimento n.º 1494/18, que houve um lapso por parte dela, dado que a realidade é que o processo n.º 761/18, foi elaborado e sobrescrito e sobrescreve todo os elementos que compõe o processo.-----

II - Pretensão-----

A pretensão incide sobre um pedido de Legalização das obras numa habitação, sita na Rua Manuel Joaquim Pereira-Vidago.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 761/17 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.2- Vila de Vidago.-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 761/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE).---

IV - Saneamento e Avaliação Liminar-----

Relativamente às questões de ordem formal e processual, constata-se que o projeto de arquitetura apresentado sob requerimento n.º 589/18, cumpre os termos e o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos

instrutórios III, constantes do n.º 15 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

V - Responsabilidade-----

Os termos de responsabilidade apresentados estão assinados por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nos termos e disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, bem como o disposto no n.º 5 artigo 73.º-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

VI - Caracterização e Análise da Pretensão-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 1964/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE.-----

Através do requerimento n.º 1032/18, o requerente apresenta projeto de arquitetura referente à habitação, e através do requerimento n.º 1425/18 apresenta projeto de arquitetura dos anexos.-----

Faz parte de processo a certidão de teor matricial na qual refere artigo urbano sob o n.º 1463, com a seguinte descrição:-----

Área total = 437,00 m2-----

Área de implantação = 72,00 m2-----

Área bruta dependente = 54,00 m2-----

Área bruta privativa = 90,00 m2-----

Face às peças desenhadas do projeto apresentado e que consta em anexo, pode-se constatar que:-----

►A intervenção baseia-se na legalização de uns anexos e alterações na habitação licenciada sob o n.º 225/84;-----

►A área de anexos a legalizar 40,00 m2 e alterações a nível da habitação.-----

►Que a edificação é de dois piso (r/c e andar a habitação) e os anexos de r/c.-----

Trata-se pois de uma edificação existente, enquadrando-se assim, no n.º 3 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 4 do art.º 73-C do RMUE.-----

O procedimento de legalização da edificação consubstancia Vistoria Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE. Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respetivo auto de vistoria n.º 166 /17 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----

Face ao teor do auto de vistoria n.º 166/17, depreende que a sua legalização não é possível, dado que possui anexos, pelo que foi notificado para vir a processo proceder à alteração do projeto com a retratação dos mesmos, bem como apresentação de projetos de especialidades.-----

O requerente através de vários requerimentos foi dando cumprimento faseado dos elementos, e só agora através do requerimento n.º 1425/18, vem dar cabal cumprimento.-----

VII - Considerações Fundamentadas da Proposta de Decisão-----

Considerando que o pedido formulado através do requerimento n.º 1964/17 e ulteriores requerimentos, encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RMUE.-----

Considerando que não consubstancia obras, a sua legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015, de 22 de Abril. Considerando que se trata de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Considerando que o procedimento de legalização da edificação é precedido de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C do RMUE.-----

Considerando que da realização da referida Vistoria foi lavrado o auto de vistoria n.º 166/17 (que consta anexo ao processo e do qual se deverá dar conhecimento ao requerente), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriadamente o procedimento de legalização, nada a opor à sua legalização.-----

No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que:-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída;-----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE;-----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;

►As obras a legalizar, refere-se a uma de área de construção de 40,00 m2.-----

►A área bruta de construção proposta é de 224,80 m2, inferior à máxima admissível pelo cumprimento do índice (1,0 x 437,00=437,00 m2).-----

►A edificação respeita ainda os critérios estabelecidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 19.º da alteração do Regulamento do PDM na versão em vigor;-----

►A edificação está construída em zona de U2- Vila de Vidago-----

VIII - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente a uns anexos com área de 40,00 m2 e alterações a uma habitação (licença inicial com alvará n.º 225/84) sendo a área bruta de construção de 224,80 m2.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo

73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras de ampliação destinadas a habitação foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

IX - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental, inserindo-se no n.º1 do artigo 25 Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO III				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,27	0,00
	- Betão betuminoso	6	0,16	0,88
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,29	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,27	0,27
REDE DE ESGOTOS		1	0,38	0,38
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,52	0,00

C - custo das obras existentes na via pública	1,53	
A - área bruta da obra a realizar	40,00	m²

Anexos, garagens e obras similares em terrenos onde já se encontre construído edifício de habitação coletiva

- n.º 2 do artigo 25.º

T = C x A	T =	61,20	€
-----------	-----	-------	---

X - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIACÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			

n.º1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
n.º3	Acresce por garagem ou lugar de estacionamento unidade de arrumos	1	3,30 €	3,30 €
	TOTAL-1			66,20 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
b)	Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
j)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	1	54,00 €	54,00 €
	TOTAL-2			119,85 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
n.º6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos números anteriores	1	2,65 €	2,65 €
	TOTAL-3			41,55 €

TOTAL-1			66,20 €
TOTAL-2			119,85 €
TOTAL-3			41,55 €
VALOR GLOBAL			227,60 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas	61,20 €
Taxas administrativas	227,60 €
Valor global da liquidação de taxas	288,80 €

À Consideração Superior-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,
SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 01/08/2018:-----
Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito expressos nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos

competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em causa (alterações de uma moradia unifamiliar e construção de um anexo de apoio à mesma) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do alvará de autorização dos imóveis antes referidos.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 03.08.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. LEGALIZAÇÃO DE HABITAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 73 C DO REGULAMENTO - LUGAR DO FREIXO, ANELHE - JOÃO VITORINO CALVÃO - INFORMAÇÃO N.º 1216/SCOU/18, DA ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO -----

1.1 O Sr. João Vitorino Calvão, na qualidade de proprietário, solicitou em 30/11/2017 a **legalização das obras de obras construção**, já concluídas, em desconformidade com Licença inicial n.º 321/02, passada em 09 de dezembro de 2002, destinada a habitação unifamiliar, assim como, a **legalização das obras de construção do anexo**, sem procedimento de controlo prévio, "em mau estado de conservação que se pretende recuperar", sito no Lugar do Freixo, Anelhe, no prédio abaixo identificado e em espaço urbano e urbanizável face ao PDM, em área dentro do perímetro de construção estipulado pelo PDM, mas não inserida em loteamento, nos termos do disposto no artigo 102-A, do DL n.º 555/99, de 16/12, na sua versão final, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação(infra designado RJUE), levadas a efeito no prédio abaixo identificado.-----

1.2 No seguimento do requerimento n.º 915/18, datado de 09/05/2018 e completado pelo requerimento n.º1331/18, de 27/06/2018, o requerente vem requer a junção de elementos ao processo n.º 838/17, para cumprimento do enunciado na informação técnica n.º 0795/SCOU/2017, datada de 22/05/2018⁴), a seguir discriminados:-----

- CD; cópia em formato digital de todos os elementos e projetos apresentados;-----
- Declaração, subscrita pelo proprietário, datada de 15/06/2018, tipificando as obras de restauro do anexo;-----
- Declaração de justificação da não apresentação do projeto das instalações de gás, uma vez que optou pela exclusão da instalação da rede de gás, em conformidade com o estabelecido no n.º2, do artigo 3.º, do DL 97/2017 de 10/08;-----

⁴ tendo tomado conhecimento da mesma, através de ofício N/Ref.ª 228/DGOT/20181, datado de 2018/06/07. -----

- Termo de responsabilidade das acessibilidades, subscrito por técnico habilitado;-----
- Memória descritiva;-----
- Peças escritas e desenhadas a retratar o anexo;-----
- Relatórios técnicos, elaborados por técnico com habilitação legal, de estabilidade e contenção periférica, arranjos exteriores, estudo acústico, águas pluviais, acompanhados dos respetivos termos de responsabilidade;-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

2.1 De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, CCRP, apresentada, o prédio urbano situa-se em Freixo, com uma área total de 1460m², uma área coberta de 218,00m², composto de casa de rés do chão, 1.º andar e logradouro, confronta de nascente com estrada e nas restantes confrontações com particulares, inscrito na matriz da freguesia de Anelhe sob o artigo nº704 natureza urbana (este artigo proveio do artigo rústico 2337) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº764/20010731.

1.2 Por leitura da fotocópia da Caderneta predial urbana, emitido pelo Serviço de Finanças de Chaves, folha 44 do processo, onde descreve que o prédio em questão, localizado na estrada municipal 533, Lugar de Anelhe, composto de habitação, com 2 pisos, com uma área total do terreno de 1.460,00m², área de implantação do edifício de 218,00m² e área bruta de construção de 236,00m² encontra-se inscrito na matriz predial da freguesia de Anelhe, sob o artigo matricial 704NIP, que proveio do artigo 2337, de natureza rústica da freguesia de Anelhe. -

3. INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

3.1 O pedido já se encontrava instruído com todos os elementos necessários ao procedimento em análise;-----

3.2 São apresentados os termos de responsabilidade do projeto de arquitetura, de arranjos exteriores, de acessibilidades, de conformidade digital, e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais.-----

3. ANTECEDENTES -----

Como antecedente ao pedido de licenciamento apresentado, regista-se em Arquivo Municipal, o anterior processo camarário n.º 693/2001, em nome de José Vitorino, "pai do requerente, entretanto falecido" relativo ao licenciamento da construção de habitação unifamiliar", levada a efeito sobre o referido prédio, tendo-lhe sido atribuído o Alvará de construção n.º 321/02, de 09/12/2002 e tinha um prazo limite para execução da obra até 08/12/2003.-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 Enquadramento do pedido na Legislação vigente-----

O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do RJUE em articulação com o artigo 73.º-C do RMUE⁽⁵⁾, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma;-----

O referido Auto de Vistoria, encontra-se em anexo à presente informação.-----

4.2 Nas disposições do Plano Diretor Municipal-----

⁵ Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º732/2015, RMUE. -----

Regista-se que o prédio acima referido com a área total conservada de 1460,00m² e com a configuração e delimitação constantes da planta de implantação sobre topografia junta. -----

a) Nos termos da planta de ordenamento, carta 46B, do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95), alterado e republicado em Diário da República, 2.ª série n.º 76, em 18 de abril de 2018, através do aviso n.º 5233/2018, o local está inserido na sua quase totalidade em espaços urbanos e urbanizáveis (classel), categoria 1.3 - outros aglomerados, aglomerado de Anelhe, artigo 19.º, do PDM e uma área residual *localiza-se*, na envolvência imediata do aglomerado, em áreas exterior ao seu perímetro e exclusivamente ao longo do troço da sua via de acesso para tal demarcados na planta de ordenamento (peri rurais).-----

b) Em termos de Condicionantes, fazendo a sobreposição da planta georreferenciada, apresentada pelo requerente sobre o raster da planta de condicionantes, carta 46B, o local está abrangido por zonas críticas de incendio (classe 1), assim como, rede viária M- Estrada Municipal 533.-----

5. PARECERES INTERNOS -----

5.1. Em 12/12/2017, foi solicitado ao Gabinete Técnico Florestal, análise à pretensão, face à Zona críticas de incendio (classel). O Gabinete pronunciou-se através da informação interna n.º 002/GTF/2018, datada de 05/01/2018, no sentido de "(...) não existir qualquer restrição ou impedimento sobre a pretensão do requerente". A suprarreferida informação interna encontra-se em anexo à presente informação.-----

5.2. Simultaneamente foi solicitado parecer à Divisão de Projetos e Mobilidade, uma vez que o local está abrangido pela servidão administrativa da rede viária EM 533 tendo sido emitido parecer favorável condicionado à pretensão, de acordo com os tens 2.3 e 2.4 respetivamente da informação interna n.º 23/DPM/2018, de 18/01/2018, em anexo à presente informação.-----

6. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

6.1 Caracterização-----

A operação urbanística, objeto do procedimento de legalização, consubstanciada a reposição da legalidade urbanística, resultado de obras de construção de uma habitação unifamiliar em desconformidade com Licença inicial n.º 321/02, passada em 09 de dezembro de 2002 e a legalização das obras de construção do anexo, sem procedimento de controlo prévio, para efeitos de aplicação do disposto no artigo 102.º-A do RJUE. -----

6.2 Quanto às regras de edificabilidade-----

Não é possível a definição de uma "moda da cércea", ou de um alinhamento dominante, pelo que a edificabilidade do prédio deverá respeitar os seguintes condicionamentos estabelecidos, no ponto iii), da alínea a1), d) e seguintes, do n.º 2, do artigo 19.º do Regulamento do PDM em vigor.-----

Condicionamentos	Proposta
$I_c \leq 0.8m^2/m^2$	$I_c \approx 360 m^2 / \approx 1283m^2 = 0.3 m^2/m^2$
Cércea máxima $\leq 7,5m$	Cércea - 6,00
Número máximo de pisos ≤ 2	Número de pisos - 2
Área total de implantação das edificações previstas $\leq 65\% \times$ área do prédio	$(75m^2 + 142m^2) = 218m^2 < 949 m^2 (65\% \times 1460m^2)$

6.2 Quanto às infraestruturas-----

O prédio confronta com via pública.-----

O local encontra-se razoavelmente infraestruturado.-----

6.3 Quanto às acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de Agosto-----

A autora do projeto de arquitetura solicita a dispensa do cumprimento dos requisitos de acessibilidade não tendo por esse facto apresentado o respetivo plano de acessibilidades, com enquadramento no n.º 1 do artigo 10.º do DL n.º 163/06, de 8 de agosto. A construção é anterior a 08/02/2007, data de entrada em vigor do DL n.º 163/2006, 08/08), pelo que conforme dispõe o n.º 5, do artigo 102.º-A do RJUE, pode ser dispensado o cumprimento das normas de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.-----

6.4. Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----

A pretensão garante o número mínimo de lugares de estacionamento, conforme prevê, a alínea b), do n.º 3, do artigo 12.º, do Regulamento do PDM em vigor, cumulativamente com os artigos 39.º e 40.º do RMUE.-

6.5 Verificação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)--

O projeto está instruído com termo de responsabilidade pelo que nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, está dispensada a verificação do interior da edificação.-----

7. ANÁLISE DO PEDIDO / PROPOSTA-----

7.1. Em conformidade com o n.º 6, do artigo 73.º-C do RMUE, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável;-----

7.2 De acordo com vistoria realizada em 28 de junho de 2018 e informação da Comissão elaborada em 11 de julho de 2018, resultou o respetivo Auto de Vistoria, que refere a " (...) o edifício secundário(anexo de apoio), necessita de obras de restauro e/ou de alteração, proposta pelo requerente a coberto do requerimento n.º 1331/18, de 27 de junho de 2018", sendo certo que para a realização das mesmas, o interessado fica obrigado a requerer licença especial de legalização, no prazo máximo de 30 dias, No referente à legalização da edificação principal a mesma dá origem a uma autorização de utilização, referente ao imóvel destinado a habitação unifamiliar - legalização.-----

7.3. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b). Assim, propõe-se: -----
No que concerne à moradia unifamiliar e uma vez que a mesma se encontra concluída e não carece de qualquer obra, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel, destinado a habitação unifamiliar;-----

- Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do RMUE, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar; -----

- Já no que concerne ao anexo de apoio à referida moradia e dela separado fisicamente, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização do mesmo, sendo certo que, uma vez que o anexo carece de obras de restauro e/ou de alteração, deverá o interessado, requerer licença especial de legalização, para o anexo, a qual deverá ser solicitada no prazo de 30 dias.-----

8. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

	Habitação unifamiliar			anexo	
PISO	Alvará inicial de licença inicial n.º321/02, 09/12/2002	áreas edificadas	áreas ampliadas		total
Piso 0	92,00	142,00	50,00	76,00	
Piso 1	103,60	142,00	38,40		
total	195,60	284,00	88,40	76,00	360,00
Cércea	5,5				6,00
Volume	506,00				852,00

I - TAXAS DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)				
QUADRO II				
		s/n	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,24	0,00
	- Betão betuminoso	1	0,14	0,14
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,20	0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,06	0,00
	- Betão	0	0,20	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	0	0,18	0,00
	- Lancil (Granito)	0	0,35	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,17	0,00
- Pavimento (Mosaico)	0	0,35	0,00	
REDE DE ÁGUA		1	0,24	0,24
REDE DE ESGOTOS		1	0,34	0,34
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,36	0,00
C - custo das obras existentes na via pública		0,72		
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)		164,4 m ²		
Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m ²				
- n.º 3 do artigo 25.º				
T = C x A		T = 118,37 €		

II - TAXAS ADMINISTRATIVAS

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)				
Artigo 66.º Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação				
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congéneres, inseridos, ou não, em processo referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1, por m2	76,00	1,00 €	76,00 €
n.º 16	prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1,00	11,85 €	11,85 €
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará	1	38,70 €	38,70 €
n.º 18	No caso do aditamento gerar aumento de área bruta de construção, acresce por cada m2 adicional	88,40	3,20 €	282,88 €
Secção V VISTORIAS				
Artigo 76.º Outras vistorias				
n.º 6	Para a realização de outras vistorias não especificamente previstas	1	54,00 €	54,00 €
TOTAL				463,43 €

TOTAL A LIQUIDAR =	118,37 €	463,43 €	581,80 €
---------------------------	-----------------	-----------------	-----------------

À Consideração Superior.-----
 Chaves, 02 de agosto de 2018.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 03/08/2018:-----
 Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos preconizados na alínea b, do item 7.3 deste documento, sendo certo que no alvará de autorização de utilização a emitir para a moradia unifamiliar, deverá constar a menção expressa de que o imóvel a que respeita foi objecto de legalização.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----
 À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA PASSAGEM EM INFRAESTRUTURAS PRÉ-EXISTENTES - LARGO DO ARRABALDE, SANTA MARIA MAIOR - NÓS COMUNICAÇÕES, S.A. -INFORMAÇÃO N.º 1040/SCOU/18 - DA ENG.ª CONCEIÇÃO REI, DE 27/07/2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 711/18, em 09-04-2018, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para a **passagem de cabos em infraestruturas pré-existent**s e para a qual foi solicitada a devida autorização à entidade responsável, na rua abaixo indicada, situada na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves:-----

-Largo do Arrabalde - 36 ml.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º⁶ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

⁶ **Artigo 3.º - Licença Municipal -----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com excepção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos. -----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35.º e 36.º, do RJUE, com as devidas adaptações. -----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º⁷ do RJUE corrigindo-se o pedido nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 108.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13.º⁸ do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8.º⁹ e 9.º do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

3.1-Memória Descritiva;-----

3.2-Termos de responsabilidade do autor do projecto, coordenador e direcção técnica da obra, do Eng.º electrotécnico, José Filipe Abreu

⁷ **Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma. -----

⁸ **Artigo 13.º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas -----**

1-As entidades referidas no artigo 2.º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe. -----

2-O acesso referido no n.º anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19.º.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º. -----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo **Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios -----**

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas: -----

a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes; -----

b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção. -----

das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração. -----

5-Aos casos referidos no n.º anterior não é aplicável o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9. -----

da Costa, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhados pelo elemento a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e fotocópia do cartão de cidadão; -----

3.3-Plano de Trabalhos;-----

3.4-Quadro Resumo de Intervenções;-----

3.5-Planta de Localização;-----

3.6-Estimativa orçamental;-----

3.7-Declaração da Companhia de Seguros, seguradoras Unidas, S.A em como a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A possui naquela seguradora um seguro de acidentes de trabalho, cuja a apólice de seguro se encontrava em emissão.-----

3.8-Declaração da Companhia de Seguros AIG EUROPE LIMITED, em como a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A possui naquela seguradora um seguro de responsabilidade civil, com a apólice de seguro de seguro n.º PA18CP0005. -----

3.9-Comprovativo do registo do alvará de construção N.º 64501, emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, em nome da firma MMCI MULTIMEDIA, S.A;-----

3.10-Plano de Segurança e Saúde;-----

3.11-Declaração de Análise da Adequabilidade do plano de Segurança e Saúde.-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dado a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Sr.º Eng.ª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 22-05-2018, no qual se propõe a prestação de caução no valor de 636 € (incluindo o IVA);-----

-Parecer favorável do Sr.º Eng.º eletrotécnico Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, emitido em 28-05-2018.

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existent de Telecomunicações, no passeio do Largo do Arrabalde, na extensão de 36 m, conforme previsto na Planta de Ampliação da Rede e Quadro Resumo de Intervenções, peças gráficas constantes no processo a folhas n.º 200 e n.º 202.-----

4.2-As peças gráficas referidas no anterior parágrafo **devem ser parte integrante do alvará de ocupação do domínio público**, a ser emitido nos termos do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4.3-Em virtude de a presente operação urbanística não prever qualquer revolvimento do solo, não será necessária qualquer intervenção arqueológica.-----

4.4-De acordo com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 22-05-2018, o valor da caução é de **€ 636 (seiscientos e trinta e seis euros)**, com IVA incluído.-----

4.5-Pese embora o prazo efectivamente necessário para a realização dos trabalhos seja de um dia, conforme proposto pela requerente, **o prazo concedido no alvará será de 30 dias**, para a requerente poder programar os mesmos e comunicar a esta autarquia o seu início. -----

4.6-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

- Prazo para conclusão das obras - 30 dias;-----

- Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído;-----
- Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação;-----
- O empreiteiro deverá proceder à sinalização dos trabalhos/locais onde se encontra a decorrer a intervenção, de acordo com o artigo 24º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal; -----
- A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.7-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-TAXA ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

As taxas administrativas previstas na Secção III da Tabela de taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas Municipais), ascendem ao montante de € 104 (cento e quatro euros).-----

6-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e demais legislação supra referida, tomo aa liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

6.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo:-----

a) Que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação do serviço de televisão, internet e telefone nas infraestruturas existentes, solicitado sob o requerimento nº 711/18, nas condições mencionadas no item 4.4 da presente informação técnica.-

6.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público, o alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas e à prestação da caução supra referida.-----

6.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõe-se o envio de um exemplar do processo nº 252/18, à Divisão de Obras Públicas, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;

6.4-**Após a emissão do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá encetar os seguintes procedimentos:-----

- Dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas, tal ocorrência para efeito de fiscalização.-----
- Encaminhar, via email, ao Comissário da Divisão Policial de Segurança Pública - ldalves@psp.pt, o alvará de ocupação do domínio público, referente ao processo nº 252/18 e peças gráficas anexas, para seu conhecimento e atribuições da PSP, mencionadas no artigo 3º da Lei nº 53/2007, de 31/8, a qual aprovou a orgânica da Polícia de Segurança Pública.-----

6.5-A planta de Localização constante no processo registado com o nº 252/18, a folha nº 238 deverá ser anexada ao alvará e dele fazer parte integrante.-----

6.6-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

À Consideração Superior.-----

ANEXO.-----
CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NA TABELA DE TAXAS DE "SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS" (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais).-----

Cálculo das Taxas administrativas:-----
O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----
-Extensão da rede de Telecomunicações - **36 ml**-----
-Período da licença - **30 dias**-----
-Tipo de obra - Instalação da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone.-----

QUADRO I-----

	Descrição	Un	Taxa	Valor
Capítulo I	SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DE ATIVIDADES DIVERSAS			
Secção III	Ocupação de Espaço Aéreo, Solo e Sub-solo de Domínio Público e Privado Municipal			
Artigo 17º	Pela apreciação de pedidos de ocupação de espaço público		54,00 €	54,00 €
Artigo 18º	Pela Emissão de licença de ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo de Domínio Municipal		10,80 €	10,80 €
Artigo 20º	Ocupação de solo ou subsolo			
nº 8	Com tubos, condutas, cabos, condutores e semelhantes por ml ou fração e por ano	500	1 €	36 €
Artigo 21º	Ocupação da via pública por motivo de obras			
nº 1.a)	Por cada período de 30 dias ou fração		3,20 €	3,20 €
	TOTAL			104,00 €

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 06/08/2018:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação condicente ao deferimento do pedido de ocupação do espaço do domínio público, com vista ao enfiamento de cablagem de telecomunicações em infraestruturas existentes, nos termos e para os efeitos enunciados nos itens 6.1 a 6.6 deste documento.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06.-----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS.--

Foi presente a informação nº 230/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 133 de 12 de julho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 15 de setembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 678 999,44 € (seiscentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e quarenta e quatro centimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 27 de novembro de 2017 -----
- A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 21 de dezembro de 2017.

II - Fundamentação -----

1. A presente empreitada prevê a requalificação de diversas ruas, nomeadamente Av. General Ribeiro de Carvalho, Rua Nadir Afonso, Travessa Nuno Alvares, Rua Mário dos Santos Delgado, Rua Artur Maria Afonso e Travessa General Ribeiro de Carvalho, tendo como principal objetivo, dotar as mesmas, de melhores condições de conforto e segurança para os utentes, contribuindo assim, para uma mobilidade urbana mais sustentável. Para tal, a intervenção em termos gerais, consiste na reorganização e reformulação das características geométricas das vias, o melhoramento das condições do sistema de drenagem, o reforço/reabilitação funcional do pavimento existente, a reformulação/substituição do sistema de sinalização e de segurança, a valorização paisagística e em determinadas ruas, a implementação e reformulação das infraestruturas elétricas e de telecomunicações existentes, bem como a remodelação de infraestruturas de abastecimento de água e rede de águas residuais domésticas e pluviais. -----

2. No decorrer da execução dos trabalhos, sobretudo, na sequência dos trabalhos de abertura de valas, foram detetadas, infraestruturas existentes, com materiais em muito mau estado de conservação, pelo que, tal constatação, conduziu à elaboração da Inf. Nº 146/2018 (DOP) de 14/05, propondo a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais, tendo a mesma, obtido a competente aprovação, na reunião de Câmara realizada no dia 1 de junho de 2018.

3. Os trabalhos adicionais aprovados, respeitam sobretudo, à substituição de tubagem enterrada, o que pressupõe, serem executados previamente à realização dos pavimentos com massas betuminosas a quente e consequentemente aos trabalhos que lhes são posteriores, tais como sinalização horizontal. No respetivo plano de trabalhos, pela especificidade que os caracteriza, os trabalhos de pavimentação, são os últimos a executar, ou seja, previstos durante o mês de junho. ---

4. O contrato administrativo e respetivo auto de consignação, dos trabalhos de erros e omissões e trabalhos a mais, foi assinado no dia 17 de julho do corrente ano, com prazos de execução de 8 e 15 dias, respetivamente, reportando a conclusão destes trabalhos, para o dia 1 de agosto. -----

5. Tendo em consideração o exposto, dependente a conclusão dos trabalhos de pavimentação em parte da sua área de intervenção, da respetiva contratualização e execução dos trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a mais, não deve ser imputada à entidade executante, a responsabilidade, da obra não ter sido concluída dentro do prazo contratualmente estabelecido, ou seja, até 30 de junho do corrente ano. -----

6. Os restantes trabalhos que fazem parte da empreitada encontram-se concluídos, com exceção, dos trabalhos já referidos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1. Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, propõe-se ao órgão executivo, autorizar a suspensão parcial dos trabalhos da empreitada, com efeitos retroativos, no período de 18 a 30 de junho (13 dias), altura em que se devia dar continuidade aos trabalhos de pavimentação com massas betuminosas e posterior sinalização horizontal. Tal período suspenso, retomaria a sua contagem a partir da data da conclusão dos trabalhos adicionais, ou seja, a partir de 1 de agosto, devendo assim, prever-se a conclusão da obra, para o dia 13 de agosto do corrente ano. ----

2. Face ao disposto na legislação em vigor, o pedido de suspensão apenas poderá ser deferido nas condições mencionadas no artigo nº367 do CCP, ou seja, desde que não implique assunção de quaisquer encargos por parte deste Município. Do mesmo modo, tratando-se de uma via de comunicação, em uso, é da exclusiva responsabilidade da entidade executante, manter em condições de segurança, tanto a circulação automóvel como pedonal, no respeitante ao contrato da empreitada, no período de suspensão dos trabalhos. -----

3. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada, para se proceder à outorga do auto de suspensão nos termos da presente informação. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 20 de julho de 2018 -----
(Madalena Branco, Eng.^a) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.08.03. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. LOTES 8 E 12 - REQUALIFICAÇÃO DAS AVENIDAS DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, XAVIER TEIXEIRA E RAPOSEIRA, DAS RUAS LINHA DO COMBOIO E AREGOS E DO VIADUTO DA RAPOSEIRA (PAMUS 1.5, 3.2 E 3.4) - CONCURSO PÚBLICO. -----

Foi presente a informação nº 232/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra, "Lotes 8 e 12 - Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira, das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira (PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4)". -----

O presente projeto, contempla as obras de requalificação de um conjunto de arruamentos. Pretende-se beneficiar a mobilidade pedonal e os aspetos funcionais das vias, através do alargamento e pavimentação dos passeios a reorganização dos lugares de estacionamento e melhoramento da sinalização. -----

Serão ainda incorporadas espécies arbóreas complementando o alinhamento já existente. -----

O presente projeto foi submetido a aprovação condicionada por despacho do Senhor Presidente no dia 04 de dezembro de 2017, para efeitos de apresentação da candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020). -----

2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Seja autorizado pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Lotes 8 e 12 - Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira, das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira (PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4)", -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 883.420,05 Euros (Oitocentos e oitenta e três mil quatrocentos e vinte euros e cinco cêntimos), acrescido do respetivo valor do IVA. -----

A fixação do preço base do concurso, foi elaborada pela equipa projetista - MA - Megautoria, Soluções Integradas de Engenharia, que faz parte integrante e que anexamos; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no OUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 240 dias. -----

6. Para a realização da presente empreitada, foram solicitados os seguintes pareceres prévios: - Parecer favorável da EDP Distribuição - Energia, S.A. em 20/02/2018 (Ofício Referencia: Carta 83/18/D-DRCN-AVR - Registo n.º 1678 de 22/02/2018; -----

7. De acordo com o definido no n.º 1 do artigo n.º 46.º- A do Código dos Contratos Públicos, decidiu-se não prever a adjudicação por Lotes, por se tratar de obras de reabilitação de arruamentos que se interligam, sendo que a sua adjudicação individual traria vários

inconvenientes operacionais na gestão das obras, designadamente nos planeamentos individuais de cada uma delas que colidiriam entre si, causando constrangimentos de ordem diversa, nomeadamente conflitos de escoamento de trânsito.-----

A solução adotada torna-se, assim, a mais conveniente a nível físico e económico -----

8. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

a) Projeto de execução; -----

b) Anúncio conforme modelo estipulado no Anexo I, da Portaria n.º 371/2017 de 14/12; -----

c) Programa de Procedimento; -----

d) Caderno de Encargos; -----

e) Plano de Segurança e Saúde; -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

g) Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos.

9. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efetivo: Abel Peixoto -----

2º Vogal efetivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Fernanda Serra -----

2º Vogal suplente: Vítor Pereira -----

10. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção no disposto no n.º 2 do artigo 69.º do C.C.P. -----

11. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

Dado tratar-se de uma obra classificada na categoria superior a III, foi efetuada a revisão do projeto, pela Comissão Municipal de Revisão de Projetos, cujo Relatório elaborado a 24 de julho de 2018 se anexa, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º 5 do artigo 43.º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamentos E análises de campo - As peças do procedimento encontram-se dotadas de levantamento topográfico; -----

- Estudo geológico - geotécnico - Tendo em consideração a natureza e características dos trabalhos, não são necessários estudos geológico-geotécnicos; -----

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----

- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----
 12.O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 883.420,05 euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 3.3.1. 0102/07030301/0103/2017 I 16, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2018/1537. -----

À consideração Superior. -----
 Divisão de Obras Públicas, 03 de agosto de 2018 -----
 A Técnica Responsável na ausência da Chefe de Divisão-----
 (Fernanda Serra) -----

Em anexo: -----

- Projeto de Execução; -----
- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----
- Programa de Procedimento; -----
- Caderno de Encargos; -----
- Plano de Segurança e Saúde; -----
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição; -----
- Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. --

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.3. CENTRO CÍVICO (PARU 2.3) - CONCURSO PÚBLICO. -----

Foi presente a informação n.º 233/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra, "Centro Cívico (PARU 2.3)". -----

O presente projeto, contempla as obras de reconstrução e ampliação do edifício da antiga cantina da UTAD em Chaves, de forma a contemplar o correto funcionamento da nova instalação do Centro Cívico. -----

Pretende-se assim, criar condições funcionais e técnicas que assegurem a funcionalidade do Centro Cívico, dotando-o de mais valências, tais como: sala de convívio, sala de leitura e sala de atividades; instalações sanitárias públicas e arranjos exteriores do Jardim Maria Rita. -----

O presente projeto foi submetido a aprovação condicionada por despacho do Senhor Presidente no dia 18 de dezembro de 2017, para efeitos de apresentação da candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020). -----

2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Seja autorizado pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Centro Cívico (PARU 2.3)", -----
3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 239.934,90 Euros (Duzentos e trinta e nove mil novecentos e trinta e quatro euros e noventa cêntimos), acrescido do respetivo valor do IVA. A fixação do preço base do concurso foi elaborada pelo projetista - César Miguel de Jesus Gonçalves, que faz parte integrante e que anexamos; -----
4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no OUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----
5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 180 dias. -----
6. Para a realização da presente empreitada, foram solicitados os seguintes pareceres prévios: -----
- Parecer favorável da EDP Distribuição - Energia, S.A. em 25/05/2018 (Ofício Referencia: Carta 296/18/D-DRCN-AVR - Registo n.º 4560 de 04/06/2018; -----
 - Parecer favorável condicionado da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) de 12/01/2018 (Ofício referencia n.º S-2018/449240 (C.S: 1237943) de 17/01/2018 - Registo n.º 650. -----
7. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -
- a) Projeto de execução; -----
 - b) Anúncio conforme modelo estipulado no Anexo I, da Portaria n.º 371/2017 de 14/12; -----
 - c) Programa de Procedimento; -----
 - d) Caderno de Encargos; -----
 - e) Plano de Segurança e Saúde; -----
 - f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.
8. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----
- Presidente: Fernanda Serra -----
- 1º Vogal efetivo: Vítor Pereira -----
- 2º Vogal efetivo: Madalena Branco -----
- Suplentes: -----
- 1º Vogal suplente: Amélia Rodrigues -----
- 2º Vogal suplente: Abel Peixoto -----
9. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção no disposto no n.º 2 do artigo 69.º do C.C.P. -----
10. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----
- Dado tratar-se de uma obra que não se encontra classificada na categoria III (ou superior) e o valor do preço base é inferior à classe 3, não foi efetuada a revisão do projeto, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º 5 do artigo 43.º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----
- Levantamentos E análises de campo - As peças do procedimento encontram-se dotadas de levantamento topográfico; -----

- Estudo geológico - geotécnico - Tendo em consideração a natureza e características dos trabalhos, não são necessários estudos geológico-geotécnicos; -----

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----

- Estudos de impacto social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

11.O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 239.934,90 euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.3.2 0102/07010307/0105/2016 I 38, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 1563/2018. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 03 de agosto de 2018 -----

A Chefe de Divisão -----

(Amélia Rodrigues) -----

Em anexo: -----

- Projeto de Execução; -----

- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----

- Programa de Procedimento; -----

- Caderno de Encargos; -----

- Plano de Segurança e Saúde; -----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição; -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.4. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES - SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS. -----

Foi presente a informação nº 234/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves iniciou um procedimento concursal, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Lote 2: Requalificação da Avenida Nuno Álvares". -----

2. De harmonia com deliberação Camarária do dia 18 de agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "ASG, Construções e Granitos, Lda", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas no dia 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 749.527,95€ (Setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Prazo de execução da obra: 180 dias. -----

5. O auto de consignação é de 20 de novembro de 2017. -----

6. A aprovação do plano de trabalhos foi comunicada 29 de novembro de 2017. -----

II - Fundamentação -----

1 - A obra encontra-se em fase de execução, estando já implantadas, na avenida, todas as infraestruturas e encontra-se igualmente em fase de conclusão a pavimentação de passeios e faixa de estacionamento. Também já foi executada a primeira camada da pavimentação da faixa de rodagem. -----

2 - No presente momento, a conclusão da obra encontra-se pendente da execução dos trabalhos de erros e omissões que consistem na substituição das condutas de água nas duas rotundas e dos trabalhos de pavimentação das mesmas. -----

3 - Acontece, porém, que o mês de agosto é, tradicionalmente, o mês em que a população aumenta exponencialmente, aumentando de igual forma a circulação automóvel e pedonal. -----

4 - Sendo a rotunda do Monumento o local de convergência de várias artérias principais da cidade e, de modo a minimizar os constrangimentos e conflitos provocados pelas obras, foi solicitado superiormente que a intervenção na referida rotunda só tivesse início no fim do mês de agosto. -----

5 - A estimativa da duração dos trabalhos nesse local é de 30 dias. -

6 - Durante o período de suspensão parcial dos trabalhos, continuarão a ser executados os restantes trabalhos, cuja natureza e localização não provocam grandes perturbações na circulação. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1 - Face aos elementos apresentados, propõe-se ao executivo municipal, a suspensão parcial dos trabalhos, até ao fim do mês de agosto, concedendo 30 dias após essa data para a conclusão dos mesmos. -----

2 - A presente suspensão encontra-se regulamentada pelo artigo 365º do CCP e encontra-se nas condições mencionadas no artigo 367º do mesmo diploma, ou seja, não implica a assunção de encargos por parte do Município. -----

3 - Alerta-se ainda para, caso sejam aceites por parte do empreiteiro as condições de suspensão, a manutenção do local da obra para garantir a segurança das condições de circulação dos veículos e dos peões, são da sua exclusiva responsabilidade. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, Divisão de Obras Públicas, 3 de agosto de 2018 -----

A Técnica Superior responsável pela fiscalização da obra -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a) -----

O.E. n.º 58982 -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.08.03. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5. LOTE 6 - REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS PORTAS DO ANJO, ALFERES JOÃO BATISTA, CRUZEIRO, VISCONDESSA DO ROSÁRIO E FONTE DO LEITE (PAMUS 1.1 E 3.1) - CONCURSO PÚBLICO. -----

Foi presente a informação nº 235/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra, "Lote 6 - Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)". Este projeto contempla as obras de requalificação de um conjunto de arruamentos. Com esta intervenção será beneficiada a mobilidade pedonal e os aspetos funcionais da via, através do alargamento e pavimentação dos passeios, a reordenação dos lugares de estacionamento e o melhoramento da sinalização da via, bem como a minimização dos conflitos das transições entre zonas de sentido único e zonas de dois sentidos. -----

Serão ainda incorporadas espécies arbóreas complementando o alinhamento já existente. -----

O presente projeto foi submetido a aprovação condicionada por despacho do Senhor Presidente no dia 06 de dezembro de 2017, para efeitos de apresentação da candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020). -----

2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Seja autorizado pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Lote 6 - Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 1.285.647,06 Euros (Um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete euros e seis cêntimos), acrescido do respetivo valor do IVA. -----

A fixação do preço base do concurso foi elaborada pela equipa projetista - NRV-NORVIA, Consultores de Engenharia, S.A., que faz parte integrante e que anexamos; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no OUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 365 dias; -----

6. Para a realização da presente empreitada, foram solicitados os seguintes pareceres prévios: - Parecer favorável da EDP Distribuição - Energia, S.A. em 30/10/2017 (Ofício Referencia: Carta 1080/17/D-DRCN-AER - Registo n.º 8612; -----

7. De acordo com o definido no n.º 1 do artigo n.º 46.º- A do Código dos Contratos Públicos, decidiu-se não prever a adjudicação por Lotes, por se tratar de obras de reabilitação de arruamentos que se interligam, sendo que a sua adjudicação individual traria vários inconvenientes operacionais na gestão das obras, designadamente nos planeamentos individuais de cada uma delas que colidiriam entre si, causando constrangimentos de ordem diversa, nomeadamente conflitos de escoamento de trânsito.-----

A solução adotada torna-se, assim, a mais conveniente a nível físico e económico;-----

8. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

a) Projeto de execução; -----

b) Anúncio conforme modelo estipulado no Anexo I, da Portaria n.º 371/2017 de 14/12; -----

c) Programa de Procedimento; -----

d) Caderno de Encargos; -----

e) Plano de Segurança e Saúde; -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

g) Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos.

9. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efetivo: Abel Peixoto -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Vítor Pereira -----

2º Vogal suplente: Madalena Branco -----

10. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção no disposto no n.º 2 do artigo 69.º do C.C.P. -----

11. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

Dado tratar-se de uma obra classificada na categoria superior a III, foi efetuada a revisão do projeto, pela Comissão Municipal de Revisão de Projetos, cujo Relatório elaborado a 24 de julho de 2018 se anexa, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º 5 do artigo 43.º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamentos E análises de campo - As peças do procedimento encontram-se dotadas de levantamento topográfico; -----

- Estudo geológico - geotécnico - Tendo em consideração a natureza e características dos trabalhos, não são necessários estudos geológico-geotécnicos; -----

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----

- Estudos de impacto social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

12.O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 1.285.647,06 euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 3.3.1. 0102/07030301 0103 2017 I 16, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2018/1562. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 03 de agosto de 2018 -----

A Técnica Responsável na ausência da Chefe de Divisão -----

(Fernanda Serra) -----

Em anexo: -----

- Projeto de Execução; -----

- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----

- Programa de Procedimento; -----

- Caderno de Encargos; -----

- Plano de Segurança e Saúde; -----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição; -----

- Cópia do Relatório da Comissão Municipal de Revisão de Projetos. --

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.6. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1/DOP/2018 - TRABALHOS A MAIS. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2018 - Trabalhos a Mais, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 22.500,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €22.500,00

(Vinte e dois mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1/DOP/2018 - TRABALHOS SUPRIMENTO ERROS E OMISSÕES. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2018 - Trabalhos Suprimento Erros e Omissões, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 32.248,90 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €32.248,90 (Trinta e dois mil, duzentos e quarenta e oito euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.8. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1/DOP/2018 - TRABALHOS A MAIS. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2018 - Trabalhos a Mais, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 56.666,14 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €56.666,14 (Cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis euros e catorze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.9. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 2/DOP/2018 - TRABALHOS A MAIS. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 2/DOP/2018 - Trabalhos a Mais, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 10.672,75 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €10.672,75 (Dez mil, seiscentos e setenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.10. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 19/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 19/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 21.847,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €21.847,00 (Vinte e um mil, oitocentos e quarenta e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.11. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 20/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS). -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 20/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 42.710,98 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €42.710,98 (Quarenta e dois mil, setecentos e dez euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.12. REABILITAÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA (MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE) - INFORMAÇÃO N.º 230 / DPM / 2018, DO ARQ.º JOSÉ PAULO ROXO PIRES DA FONTE.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

INTRODUÇÃO-----

O presente parecer incide sobre o projeto de execução relacionado com a qualificação da cobertura do edifício conhecido com Paços do Duque de Bragança, localizado na Praça de Camões e onde, atualmente, funciona o Museu da Região Flaviense.-----

1. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1. No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A operação urbanística preconizada enquadra-se no conceito enunciado na alínea f), do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e posteriores alterações, bem como no contexto do artigo 7.º, do mesmo diploma.-----

2.2. Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Nos termos das plantas que acompanham o Plano Diretor Municipal de Chaves, o edifício a intervencionar insere-se num espaço de Classe 1 (*Espaços urbanos ou urbanizáveis*) da Categoria 1.1 (*Cidade de Chaves*). Insere-se também na área abrangida pela proposta do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Chaves, que o caracteriza como notável.-----

Por fim, conforme delimitação aprovada pelo Aviso n.º 2495/2016, publicado no Diário da República, 2.ª Série - n.º 40, de 26 de fevereiro de 2016, salienta-se a inserção da edificação em causa na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves (ARU CHC), aplicando-se, portanto, o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, e posteriores alterações.-----

1. ENTIDADES EXTERNAS AO MUNICÍPIO-----

Em razão da inserção do edifício a intervencionar na zona de proteção ao resto das muralhas existentes na cidade, estatuída pelo Decreto n.º 28536, de 22 de março de 1938, deverá ser consultada a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), tendo o projetista já promovido tal consulta, conforme comprovativo que consta no processo.-----

Contudo, há que referir que, dado o cariz da intervenção a realizar, bem como o seu objetivo intrínseco, afigura-se plausível concluir que a DRCN não irá colocar questões de monta, que, eventualmente, venham a impedir a aprovação definitiva do projeto em causa.-----

2. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE-----

No essencial e de uma forma sintética, o presente projeto assenta na requalificação da cobertura do edifício do Paços do Duque de Bragança, melhorando não só o seu aspeto estético e estrutural, mas também a sua vertente térmica, mediante a introdução de isolante composto por placas de polistireno extrudido com 10 centímetros de espessura. ----
Prevê-se, para tal intervenção, um custo de **209.590,41 €** (*duzentos e nove mil, quinhentos e noventa euros e quarenta e um cêntimo*), ao qual deverá ser acrescentado o IVA à taxa em vigor.-----

3. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Tendo em ponderação o exposto anteriormente e dado o caráter que urgência que se impõe em função da candidatura associada a esta ação, entende-se por bem propor que seja superiormente adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

- Que seja proferida, pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, decisão no sentido de aprovação do projeto em questão, ficando tal

decisão, em princípio por uma mera questão formal, condicionada ao parecer favorável a emitir pela DRCN.-----

- Que o presente processo seja agendado para uma próxima reunião do Executivo Municipal, no sentido de o despacho decisório proferido pelo Sr. Presidente da Câmara, ser superiormente ratificado, tendo como base o disposto no n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

À consideração superior-----
Chaves, 26 de julho de 2018-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL PEIXOTO, DE 26/07/2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. Neste contexto, sou a propor que seja proferida decisão em consonância com o enunciado no seu ponto 5.-----

À consideração superior.-----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 27/07/2018.-----

Visto. Concordo. Proceda-se conforme preconizado nesta informação técnica.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho, do Presidente da Câmara, datado do pretérito dia 27/07/2018, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 35º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, consubstanciado na aprovação do projeto de execução, em apreciação, para todos os efeitos legais. Mais deliberou, por unanimidade, reconhecer, inquestionável, mérito à candidatura apresentada, tendo como objeto a reabilitação da cobertura do edifício municipal denominado "Paços dos Duques de Bragança/Museu da Região Flaviense", autorizando, para o efeito, o investimento a realizar, pelo orçamento municipal, não abrangido, pelo contrato de financiamento externo a celebrar, no âmbito da candidatura ao programa "BEM- Beneficiação de Equipamentos Municipais". -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

1. INVOCAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE DIVIDAS. CARLOS ALBERTO LOPES GONÇALVES. INFORMAÇÃO Nº143/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº143/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO: -----

Na sequência de requerimento escrito, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Águas e Resíduos nº4348/18, datado do pretérito dia 24/05/2018, Carlos Alberto Lopes Gonçalves apresentou prescrição de dívida.-----

Em termos gerais invoca a prescrição dos valores em dívida referente ao processo identificado em epígrafe, por força do disposto no nº1 do artigo 10º, da Lei nº23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações.-- Assim cumpre-me informar, sobre a matéria, o seguinte:-----

2. DO DIREITO:-----

a) Da prescrição de dívidas relativas a consumos de água -----

A lei nº23/96, de 26 de Julho alterada pelas Leis nº12/2008 de 26 de Fevereiro e nº24/2008 de 2 de Junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à proteção do utente.-----

Ora os serviços públicos abrangidos pelo retrocitado diploma legal são os serviços de fornecimento de água, fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, de comunicações eletrónicas, serviços postais, serviço de recolha e tratamento de águas residuais e serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos.-----

De acordo com o disposto no nº1, do artigo 10º, da Lei nº23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, a entidade que presta o serviço dispõe de um prazo de seis meses para exigir ao utente o pagamento do valor constante da respetiva fatura, sob pena de prescrição desse direito.-----

Ou seja, caso se verifique a falta de pagamento voluntário das quantias constantes em determinada fatura, a entidade prestadora do serviço dispõe de seis meses, para realizar a propositura da respetiva ação ou injunção, em vista a ser ressarcida, coercivamente, do valor em dívida.-----

3. DÍVIDA-----

Efetivamente a dívida remonta aos anos de 2007 e 2008.-----

Número de Fatura	Total	Em Dívida-----
079071006007617	752.59€	147.79€-----
079071106009220	305.38€	305.38€-----
079080106009838	399.84€	399.84€-----
079080306008008	167.32€	167.32€-----

Os documentos de pagamento em causa são os constantes do mapa abaixo-

Documento de Pagamento	07100790101126399	Cobrado Parcialmente Por EC	2007-11-16 }
Documento de Pagamento	07110790100944499	Enviado ao Cliente	2007-12-17 }
Documento de Pagamento	08010790101808199	Enviado ao Cliente	2008-02-29 1
Documento de Pagamento	08030790101571899	Enviado ao Cliente	2008-04-25 2

Desconhece-se as razões de não terem sido cobrados.-----

As faturas referentes aos documentos de pagamento acima indicados que ficaram por cobrar não entraram em execução fiscal pois nos anos de 2007 e 2008 não estava implementado-----

4. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de deliberação consubstanciada na declaração de prescrição das dívidas, em virtude de já terem decorrido mais de seis meses desde a emissão das referidas faturas, nos termos e para os efeitos do disposto no nº1, do artigo 10º, da Lei nº23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações.-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, à Divisão de Águas e Resíduos, responsável pelo processo.-----

Chaves, 23 de julho de 2018. -----

O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.30. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.30. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: "FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1º CICLO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ANO LETIVO 2018/2019". INFORMAÇÃO/DDSC - Nº 169 - SE Nº 70 /2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

- Obtenção de autorização, nos termos do disposto no nº.3, do artigo 61º da Lei do Orçamento de Estado -----

I - Enquadramento:-----

1. No sentido de dar cumprimento às atribuições que estão cometidas ao Município em matéria de fornecimento de refeições aos alunos do 1º Ciclo e da Educação Pré-Escolar, para o ano letivo 2018/2019, foi aberto o concurso público nº. 2/SC/2018, publicado no Diário da República nº. 138, Série II, dia 19 de julho de 2018. -----

2. Considerando que de acordo com o artigo 47º do CCP, o "Preço base" é definido como o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução das prestações que constituem o objeto do contrato. -----

3. Nos termos do artigo 47º do CCP e no estrito cumprimento da alínea b), nº. 1, artigo 61º da Lei de Orçamento de Estado para o ano civil de 2018, foi estabelecido no referido procedimento, o preço base de € 128 494,00, IVA não incluído, correspondendo ao preço unitário de € 1,33. -----

4. As Empresas concorrentes, EUREST, UNISELF e GERTAL, cientes dos preços praticados no mercado e das dificuldades da conjuntura atual que estas empresas da área alimentar atravessam, nomeadamente com o custo da matéria-prima alimentar e recursos humanos (fig. 1 e 2), concorreram com valores acima do preço base, fixado no caderno de encargos, para o ano letivo 2018/2019, respetivamente: -----

Figura 1 -----

	Concorrentes		
	EUREST	UNISELF	GERTAL
Preço unitário	1,64 €	1,78 €	€ 1,95 €
Preço total / Ano	158 174,72 €	171 677,44 €	188.393,40 €
Preço médio dos concorrentes	1,79 €		

RECURSOS HUMANOS -----

Figura 2 -----

REMUNERAÇÕES PECUNIÁRIAS MÍNIMAS DE BASE										
Local Funções	Categoria	Regime Horário	Retribuição Mensal Individual	Nº. Horas Dia	Retribuição Parcial	Nº. Trab.	Retrib. Total	Subsidio Férias Natal	Encargos Seg. Social	Total Mensal
U. Central	Encarregado A	Tempo Parcial	808,00 €	5	505,00 €	1	505,00 €	84,13 €	139,92 €	729,05 €
Cozinha	Cozinheiro 2ª	Tempo Integral	629,00 €	8	629,00 €	1	629,00 €	104,79 €	174,28 €	908,07 €
	Preparador	Tempo Integral	582,59 €	8	582,59 €	1	582,59 €	97,06 €	161,42 €	841,07 €
Copa	Assistente de restauração	Tempo Parcial	580,00 €	6	435,00 €	1	435,00 €	72,47 €	120,52 €	628,00 €
			580,00 €	6	435,00 €	1	435,00 €	72,47 €	120,52 €	628,00 €
Refeitórios C. Escolar e	Assistente de restauração	Tempo Parcial	580,00 €	3	217,50 €	5	1.087,50 €	181,18 €	301,31 €	1.569,99 €
Concelho	Motoristas	Tempo Parcial	700,00 €	6	525,00 €	2	1.050,00 €	174,93 €	290,92 €	1.515,85 €
			4459,59		3329,09	12	4724,090	787,033	1308,892	6.820,02 €
Nº de Refeições / dia			548	176						
Nº de Dias / mês			20							
Total de Refeições /mês			10.960							
Total de refeições ano				96.448						
Encargos mensais com os trabalhadores			0,62 €							

5. Atendendo às condições contratuais propostas pelos concorrentes, bem como ao critério de adjudicação previamente definidos no caderno de encargos, o júri deliberou por unanimidade excluir todos os concorrentes por apresentação de atributos que violam o limite máximo financeiro estabelecido no caderno de encargos, nos termos do n.º. 2, artigo 70º do CCP. -----

6. Mais propôs o Júri, a revogação da decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 80º, conjugado com a alínea b), do n.º.1, do artigo 79º, todos do Código dos Contratos Públicos. -----

7. Não tendo o concurso público N.º 2/SC/2018 o efeito pretendido, e sendo certo que o Município de Chaves não tem, na presente data, recursos técnicos e humanos que permitam garantir, de forma eficaz, a execução dos serviços objeto do contrato, e considerando, que o ajuste direto, nos termos da alínea b), n.º. 1, artigo 24º do CCP, não permite a alteração do preço base. Impõe-se o lançamento de novo procedimento concursal, mediante a revisão dos critérios que suportam o preço base. II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

1. Assim, é intenção do Município de Chaves abrir um novo concurso com o mesmo objeto, alterando os pressupostos contratuais no novo contrato a celebrar, em relação ao anterior, uma vez que: -----

a) As condições praticadas pelo mercado nesta área de prestação de serviços, denota que o preço base fixado no anterior procedimento concursal se encontrava subestimado, face aos preços atualmente praticados; -----

b) Os pressupostos contratuais previstos no Caderno de Encargos, que exigem um esforço acrescido à empresa adjudicatária, nomeadamente

- ☐ A crescente e legítima exigência da comunidade escolar no sentido de ser fornecida uma alimentação de qualidade e saudável; -----
- ☐ O aumento gradual de pratos especiais para alunos, alérgicos e com intolerâncias alimentares; -----
- ☐ A redução substancial do número de alunos nomeadamente nas unidades locais e por conseguinte, menos refeições a distribuir; ----
- ☐ A significativa redução do número de refeições diárias, durante a pausa letiva estabelecida no n.º. 3, do artigo 2º, do Caderno de Encargos; -----
- ☐ O previsível aumento do salário mínimo nacional em 2019. -----

2. Em face do exposto, constatamos que: -----

- a) O preço médio apresentado, em sede de concurso público n.º. 2/SC/2018, pelas concorrentes, em 2018, é de € 1,79, e o preço unitário do concorrente com menor preço é de € 1,64 (fig.1); -----
- b) A previsão da incidência dos encargos globais na formação do preço unitário por refeição, para o ano letivo de 2018/2019, é de 1,64€, correspondendo ao valor global de 158.174,72 €, sem IVA, (fig. 5); -----

Figura 3 -----

CUSTO DA MATÉRIA-PRIMA ALIMENTAR	CUSTO DA MATÉRIA-PRIMA NÃO ALIMENTAR	ENCARGOS COM PESSOAL	ENCARGOS COM AS VIATURAS	ENCARGOS COM A MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	ENCARGOS GERAIS E LUCROS	PREÇO UNITÁRIO GLOBAL POR REFEIÇÃO S/IVA
0,771	0,015	0,62 €	0,078	0,054	0,100	1,6403
						1,64 €
47,00%	0,91%	37,94%	4,76%	3,29%	6,10%	100%
Preço base:			158.174,72 €			
Nº de Refeições / ano		96.448	Nº. De dias / ano			176
Base de calculo do valor global: 548 refeições diárias x 176 dias /ano = 96 448 refeições x 1,64€ = €158.174,72.						

3. Neste contexto, estima-se para o presente contrato de aquisição de serviços, a assunção de encargos plurianuais, no valor estimado é de € 158.174,72, IVA não incluído, sendo considerado o valor mais próximo dos praticados no mercado e da realidade local; -----

4. Relativamente ao 1º período do ano letivo 2018/2019, o valor previsto é de, € 59.315,52, tendo sido considerados 66 dias letivos. E, ao 2º período, o valor de € 98.859,20, correspondendo a 110 dias.

IV - Da proposta em sentido estrito: -----

1. No sentido de ser definida a estratégia para o novo procedimento de aquisição do serviço de refeições escolares para o ano letivo 2018/2019, deverá ser efetuada a revisão do preço base, nos termos do n.º. 3, artigo 47º do CCP, com fundamento no seguinte critério: -----

- a) Aproximar o preço base dos preços praticados no mercado atual, no sentido de garantir que o preço se situe em patamares que permitam a manutenção do padrão de qualidade exigida no Caderno de Encargos; -
- b) A confirmar-se superiormente a aplicação deste critério, o preço base deverá ser fixado em € 158.174,72, IVA não incluído, para efeito de abertura de novo concurso público. -----

2. Considerando o cumprimento dos limites com encargos, para contratos de aquisição de serviços, previstos no n.º. 2, artigo 61º da

Lei n.º. 114//2017 de 29 de dezembro, (Lei do Orçamento de Estado para 2018). -----

3. Considerando a excecionalidade prevista no n.º 3, do mesmo artigo que refere que "em situações prévia e devidamente fundamentadas pelos serviços competentes, o órgão da autarquia local, com competência para contratar, em função do valor do contrato, pode autorizar a dispensa do disposto no n.º 2. -----

4. Considerando a urgência associada à emissão de tal parecer, nos termos, anteriores, configurados, e indispensável ao lançamento de novo procedimento concursal, o qual venha a permitir a formalização do ato de adjudicação dos serviços de refeições, em tempo oportuno, em vista à sua execução, com projeção no início do novo ano letivo de 2018/2019, agendado para o próximo dia 01 de setembro de 2018. -----

5. Considerando que, nos termos do disposto no n.º. 3, do artigo 35º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, pode, o Presidente da Câmara, em circunstâncias excecionais e, no caso, por motivo de urgência, não sendo possível reunir, extraordinariamente a Câmara Municipal, praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade. -----

6. Considerando que, na situação individual e concreta, em apreciação, em face da necessidade de, com caráter de urgência, ser publicado novo aviso de abertura do concurso, em vista ao lançamento de novo procedimento concursal, assente numa nova decisão de contratar, não comprometendo o fornecimento de refeições, no início do novo ano escolar. -----

7. Neste contexto, partindo do quadro legal, acima, mencionado, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia de atuação: -

a) Que o Presidente da Câmara pratique despacho no sentido de reconhecer, na situação individual e concreta, em apreço, a dispensa do disposto no n.º. 2, do artigo 61º, da Lei do Orçamento de Estado, matéria de limite com encargos para contratos de prestação de serviços, à luz do disposto no n.º. 3, do referido artigo; -----

b) Simultaneamente, deverá o mesmo despacho autorizar a abertura do respetivo procedimento concursal - concurso público - de acordo com o programa de concurso, caderno de encargos e anúncio, em anexo à presente informação, permitindo, assim, a rápida publicação do respetivo aviso, no jornal oficial; -----

c) Embora o valor do preço base seja superior ao estipulado no n.º.2, artigo 46º -A, do CCP (135 000,00 €), não é possível recorrer à adjudicação por lotes, devido ao facto, de existir apenas uma estrutura de confeitaria, para todas as escolas. Por ser incindível tal estrutura de apoio e funcionalmente impraticável, não é possível recorrer a esta figura de adjudicação, ao abrigo da alínea a), do mesmo artigo; -----

d) Que o presente despacho seja obtido de ratificação, em sede de próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º. 3, do artigo 35º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. À consideração superior. -----

Chaves, 30 de julho de 2017 -----

O Coordenador Técnico, -----
(José Carlos dos Santos Silva) -----

Anexo: Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Anúncio. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.01. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.02. -----

Visto. Concorde. Proceda-se conforme preconizado na proposta nesta informa técnica. À Reunião de Câmara para efeitos de ratificação.----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 02.08.2018. -----

2. FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES, COM CONFEÇÃO LOCAL E REFEIÇÕES TRANSPORTADAS, PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS DO 1º CICLO E CRIANÇAS DOS JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. CONCURSO PÚBLICO Nº4/SC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Tornando-se necessário proceder à aquisição do serviço identificado em epígrafe, de acordo com a Informação DDSC Nº 169 – SE Nº 70/2018 em anexo, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

1. Escolha do tipo de procedimento -----

- Considerando que o preço base do presente procedimento é de 158.174,72 (cento e cinquenta e oito mil, cento e setenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; -----

- Considerando que, de acordo com a Informação DDSC Nº169 – SE Nº 70/2018, em anexo, o preço base indicado no caderno de encargos foi calculado de acordo com o nº 2, do *Ponto II – Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar*; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), podemos lançar mão do procedimento “Concurso Público” como procedimento para a celebração de contratos, sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, quando o valor do contrato seja inferior aos limiares referidos nas alíneas b), c) ou d) do nº3 do artigo 474º; -----

Assim, em cumprimento do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho, e nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização para aplicação do procedimento “Concurso Público”, previsto na alínea b) do nº1 do artigo 20º do CCP, para adjudicação da prestação de serviços identificada em epígrafe. -----

2. Designação do júri -----

- Considerando que, nos termos do disposto no nº1 do artigo 67º do CCP, com exceção do ajuste direto e dos casos previstos no nº3 do citado artigo, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um júri designado pelo órgão competente para a decisão de contratar; -----

Assim, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição: -----

- Membros efetivos: -----

- Presidente: Dr.º Marcelo Delgado, Diretor do Departamento de Coordenação Geral; -----

- 1º Membro Efetivo: Eng.º Carlos França, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural; -----

- 2º Membro Efetivo: Carlos Silva, Coordenador Técnico. -----

O primeiro membro efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. -----

- Membros suplentes: -----

- 1º Membro Suplente: Dr.ª Lídia Pinto, Técnica Superior; -----

- 2º Membro Suplente: Dr.^a Tânia Oliveira, Técnica Superior. -----

3. Delegação de competências -----

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º do CCP, sugere-se que as competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no júri, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código. -----

4. Aprovação do processo de procedimento -----

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea c) do nº1 e nº2 do artigo 40º do CCP, acompanham a presente proposta o caderno de encargos, o programa de procedimento e o anúncio do concurso. -----

5. Caução -----

No presente procedimento será exigida a prestação de caução, nos termos do disposto no nº2 do artigo 88º e 89º do Código dos Contratos Públicos, a empresa adjudicatária presta caução no valor de 3% do preço contratual. -----

6. Encargos com contratos de aquisição de serviços - artigo 61º da Lei nº114/2017 de 29 de dezembro - LOE -----

Por despacho, datado do dia 2 de agosto de 2018, exarado na Informação DDSC Nº 169 - SE Nº 70/2018, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, autorizou, nos termos do disposto no nº3 do artigo 61º da Lei Nº114/2017, de 29 de dezembro, a dispensa do disposto no nº1 do citado artigo. -----

7. Compromissos plurianuais -----

Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e ulteriores alterações, e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a assembleia municipal, em sua sessão ordinária, no dia 27 de junho de 2018, aprovou, por maioria, o conteúdo constante da Informação Nº33/GAP/2018, delegando competências no Presidente da Câmara para autorizar a assunção de compromissos plurianuais nas situações em que o valor de tal compromisso seja inferior ao montante a que se refere a alínea b), do nº1, do artigo 22.º DL nº197/99, de 8 de junho. -----

Por ano económico -----

	2018	2019
Fornecimento de refeições escolares, com confeção local e refeições transportadas, para os alunos das Escolas do 1º Ciclo e crianças dos Jardins de Infância da rede pública do Município de Chaves	59.315,52	98.859,20

8. Cabimento orçamental -----

O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 02022099, conforme informação de cabimento em anexo. -----
De acordo com o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Dr. Nuno Vaz, exarado na Informação DDSC Nº169 - SE Nº 70/2018, que seja ratificada na próxima reunião da Câmara Municipal, de acordo no disposto do artigo 35.º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. ----
À consideração superior. -----
Chaves, 3 de agosto de 2018 -----
A Técnica Superior -----
(Fátima Flambot) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. 9ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2018 - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO N.º42/DGF/2018. --

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento Legal: -----

Considerando, o artº40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe "Equilíbrio orçamental", prevê-se o seguinte: -----

1. Os orçamentos das entidades do setor local prevêm as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.-----

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. ----

3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. -----

II - Fundamentação-----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1 - No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, nº1, al. a), do RFALEI; -----

2 - Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação; ---

3 - Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----
Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art.º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual. -----

a) Aquando da Elaboração/aprovação orçamento inicial - 2018:-----

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	33.423.471,04	Cumpre
Despesa corrente	25.157.254,36	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04	
Despesa corrente paga (2)	25.157.254,36	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	8.266.216,68	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	5.177.427,60	
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04	
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55	

b) Em cada modificação orçamental/execução periódica:-----

02-08-2018

LEI n.º 73/2013, de 3 de setembro

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

REGRAS ORÇAMENTAIS		
Artigo 40º		
	Valor	Validação
Receita corrente bruta cobrada	16.434.933,90 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga	12.900.615,45 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86 €	

Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente bruta cobrada (1)	16.434.933,90 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga (2)	12.900.615,45 €	
Saldo Corrente (3) = (1) - (2)	3.534.318,45 €	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08 €	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) = (3) - (4)	445.529,37 €	
Total das receitas correntes totais (6)	16.434.933,90 €	Não aplicável (Situação de Cumprimento)
5% das receitas correntes totais (7) = (6) x 5%	821.746,70 €	

Chaves, 3 de agosto de 2018.-----

A Técnica Superior (Marta Pinheiro) -----

Anexos: -----
 Mapa da 9ª Modificação aos Documentos Previsionais 2018 -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.03. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----
 À Reunião de Câmara -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. COOPERATIVA AGRÍCOLA DE CHAVES/INSOLVÊNCIA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 39/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento: -----

1. Considerando que, mediante ofício, de 17/05/2018, foi enviada notificação ao Administrador de Insolvência da Cooperativa Agrícola de Chaves, Dr. Fernando da Silva e Sousa, através da qual veio a ser reclamado o crédito, a favor do Município de Chaves, no valor de 184,50€, acrescidos dos respetivos juros de mora vencidos, a título de taxa de ocupação de equipamentos desportivos municipais, no período compreendido entre abril a julho de 2007; -----

2. Considerando que, tal iniciativa decorreu do facto de outras tentativas de contacto e cobrança do referido valor, terem resultado infrutíferas, não tendo sido possível estabelecer contacto com os responsáveis da referida entidade; -----

3. Considerando que, em 29/05/2018, veio o Administrador de Insolvência da Cooperativa Agrícola de Chaves, Dr. Fernando da Silva e Sousa, mediante notificação refa. Procº 2102/16.2T8CHV, informar que o requerimento apresentado pelo Município de Chaves não configurava uma reclamação de créditos, nos termos do artº 128 e 146, do CIRE, tendo sido, tal interpretação, refutada, mediante requerimento apresentado pelo Consultor Jurídico do Município, solicitando ainda, que o crédito reclamado e respetivos juros, viesse a ser contemplado na relação de créditos, no âmbito do processo de insolvência; --

4. O Administrador de Insolvência veio informar que, a Cooperativa Agrícola de Chaves foi declarada insolvente em 10/03/2017, tendo sido fixado um prazo de 30 dias para a reclamação de créditos, sendo que a lista provisória de créditos a que alude o artº129 do CIRE, foi junta aos autos pelo Administrador em 19/10/2017; -----

5. Considerando que, aos serviços municipais, não chegou qualquer notificação para reclamação de créditos, no período mencionado pelo Administrador de insolvência, tendo em vista exercer o direito a tal reclamação, dentro do prazo alegadamente fixado, para o efeito. ----

II - Sugestão de estratégia a adotar: -----

1- Face ao exposto e, compulsados todos os documentos que dão suporte às comunicações estabelecidas, verifica-se que, decorrido o prazo de reclamação dos créditos identificados pelo Município sobre a Cooperativa Agrícola de Chaves, conclui-se a impossibilidade em considerar e relacionar tal crédito, por evidente extemporaneidade, pese embora não se registe, nos serviços municipais, qualquer notificação a dar nota do prazo para o efeito, sugere-se a adoção dos seguintes procedimentos: -----

a) Promover a regularização de movimento contabilístico, consubstanciado na anulação do respetivo documento contabilístico - guia de receita nº 900242/2012, no valor de 184,50€, e respetivos juros de mora, no valor atual, de 67,18€, deixando de existir tal crédito a favor do Município; -----

b) No cumprimento do despacho proferido pelo Sr. Presidente de Câmara, de 11/07/2018, que seja, o teor da presente proposta, levado à próxima reunião do órgão executivo, para aprovação; -----

c) Na sequência da aprovação da presente proposta, deverá, a mesma, ser encaminhada para a DGF, tendo vista agilizar a regularização de tal procedimento contabilístico. -----

Chaves, 23 de julho de 2018 -----

A Chefe de Divisão Financeira -----

(Dr.ª Márcia Santos) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.24. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.24. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - DANOS EM VIATURA OPEL CORSA, COM MATRÍCULA 54-NL-28 - REQUERENTE: JOSÉ DANIEL FERREIRA SIMÕES, S.A. INFORMAÇÃO 79/UFRO/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através de requerimento, com registo de entrada nos serviços administrativos competentes deste Município, sob o n.º 6675, datado do pretérito dia 2018/07/20, a Administração da firma José Daniel Ferreira Simões, SA, com sede no Lugar da Ramada, Freguesia de Ribas, Concelho de Celorico de Basto (Parque Industrial de Lameiros, 4860-106 Cabeceiras de Basto), solicita indemnização, por danos sofridos na viatura supracitada, no dia 21 de junho de 2018, na rua das Heras em Chaves.-----

2 - PARECER-----

De acordo, com a participação efetuada à Polícia de Segurança Pública com NPP 295124/2018, datada de 2018/06/22, o condutor habitual da viatura propriedade do requerente, estacionou na Rua das Heras e derivado ao mau tempo que se fez sentir, entrou água para o interior até ao nível dos vidros das portas, causando danos, cujo valor, no momento não sabia avaliar. -----

Agora, solicita a regularização do valor da reparação dos danos, conforme orçamento apresentado num total com iva de 9875,79€ (nove mil oitocentos e setenta e cinco euros e setenta e nove cêntimos), acrescido de valor ainda a reclamar pela paralisação da viatura e lucros cessantes, que o requerente enviará a este Município.-----

Face ao exposto, esta unidade informa o seguinte:-----

1 - A acumulação de água na via de trânsito em causa, deveu-se a uma forte precipitação que originou uma subida repentina do caudal do Ribeiro Ribelas, e nesse local, quando tal acontece, dificulta o escoamento das águas pluviais provenientes do referido arruamento;--

2 - Sendo recorrente esta situação, no local em causa, quando das intempéries, a via/local foi sinalizado com sinais de perigo "A29-Outros perigos" com placa adicional "ÁREA SUJEITA A INUNDAÇÃO", tanto no sentido sul-norte como no sentido norte-sul, como documentam as seguintes fotos:-----

Foto do local n.º1:-----



Rua das Heras - (sentido sul-norte) -----
Sinal A29-Outros perigos, com placa adicional "ÁREA SUJEITA A INUNDAÇÃO" e C16-Paragem e estacionamento proibidos -----

Foto do local n.º2:-----



Rua das Heras - (sentido norte-sul) -----
Sinal A29-Outros perigos, com placa adicional "ÁREA SUJEITA A INUNDAÇÃO"-----

3 - Para o Município ser responsabilizado, não basta a confirmação de danos, uma vez que não constitui, por si só, base factual suficiente para a condenação do Município, faltando além do mais, provar o nexo de causalidade adequada, tanto mais, que o condutor habitual da viatura, aquando da entrada/circulação na via, tanto pelo norte como

pelo sul, terá avistado a sinalização vertical aí existente, que adverte do perigo em concreto.-----

4 - A apresentação de relatório efetuado pela Polícia de Segurança Pública e orçamento de reparação dos danos, não pode constituir elemento probatório suficiente para imputar responsabilidade civil extracontratual ao Município, quer por acção, quer por omissão de conduta de vida.-----

Assim, não decorre qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assumpção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos provocados na viatura supramencionada.-----

3 - CONCLUSÃO FINAL-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de decisão consubstanciada na intenção de indeferir o pedido da interessada (Administração da firma José Daniel Ferreira Simões, S.A.), pelas razões anteriormente expostas; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado;-----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do previsto no art. 114º do CPA, da decisão definitiva que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação.-----

À consideração superior,-----
25/07/2018-----

O Chefe de Divisão-----
(Inácio Morais, Eng.º)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.07.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.07.27. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - VIATURA 28-10-DF, PROPRIEDADE DE HELENA MARIA PARADA BORGES SILVA. INFORMAÇÃO Nº 03/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

No seguimento informação nº 65/2018, da Unidade Flexível de 2º Grau de Recursos Operacionais, datada de 30 de maio de 2018, na qual é responsabilizado o Município pelos danos causados na viatura 28-10-DF, propriedade de Helena Maria Parada Borges Silva, provocados pelo fio da motorroçadora quando procedia à limpeza/corte de ervas, na Rua Dr. João Morais. -----

Feitas as diligências necessárias pela Divisão responsável, foram considerados prejuízos no valor de 211,56€ (duzentos e onze euros e cinquenta e seis cêntimos). -----

Como o sinistro não se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia aplicada, 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo 250€ (duzentos e cinquenta euros). -----

Assim, o Município deverá liquidar diretamente ao lesado o valor de 211,56€ (duzentos e onze euros e cinquenta e seis cêntimos).-----

Mais se informa, que a referida despesa dá cumprimento à LCPA, através do cabimento nº 887/2018 e do compromisso nº 2004/2018.-----

Chaves, 01 de agosto de 2018-----

A assistente técnica-----

(Em anexo respetivo processo)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.02. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.02. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES. LOTE A6..CONTRATO DE COMPRA E VENDA. DISTRATE. ADQUIRENTE: E&A PORTUGAL, UNIPessoal, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 35/GNE/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1 - Enquadramento -----

1. No passado dia 15 de janeiro do corrente ano, no Cartório Privativo Municipal, a folhas nº32, do Livro de Notas para Escrituras Diversas nº84, foi outorgado entre este Município e a sociedade comercial por quotas "E&A UNIPessoal LDA.", NIPC 508529950, com sede no Parque de Atividades, Lote B3, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, um contrato de compra e venda - escritura pública - tendo por objeto, a aquisição do direito de propriedade do prédio urbano - Lote A6 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves -, inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o Artigo 3093 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o 364/20070131. -----

2. A aquisição do referido prédio veio a ser registada a favor da sociedade compradora pela Apresentação 687 de 2018/01/26. -----

3. Das cláusulas contratuais acordadas, faziam parte o elemento essencial - preço - fixado em €3 503, 43, recebido com a formalização do contrato, e, tal como decorre das inscrições no registo predial, os prazos estipulados para a apresentação de projetos e de conclusão das obras relativas à indústria a instalar no citado Lote, bem como várias condições de funcionamento que, em caso de incumprimento, determinariam a reversão do Lote sem direito a indemnização, a favor do Município, a saber: -----

a) O não cumprimento dos prazos de início e conclusão da operação urbanística de edificação no respetivo lote e início de atividade; --

b) Desconformidade do empreendimento com os projetos ou regulamentos aprovados ou com as normas legais que regulem as atividades respectivas; -----

c) Cessação da laboração ou atividade, sem motivo justificado, por prazo superior a um ano, ou não iniciar a atividade no prazo de 90 dias contados a partir do dia seguinte à concessão da autorização de utilização respetiva, ou não instruir o processo do pedido de autorização de construção, junto da Câmara Municipal, no prazo máximo de 6 meses, após a celebração do contrato; -----

d) O não pagamento ou não cumprimento dos prazos que forem estabelecidos para os demais encargos, bem como a violação do disposto nos artigos 27º, 28º, 29º e 30º do Regulamento do Parque de Atividades de Chaves. -----

4. Através do requerimento com o registo 2018, DCG, E,G, 6670 20-07-2018, veio a sociedade adquirente supra identificada requerer a revogação da escritura de compra e venda do aludido Lote A6, do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, invocando as seguintes razões: -----

- A sociedade E&A Portugal integra o grupo empresarial Sistemas Delfim, SL, com sede em Ourense, Espanha; -----

- A candidatura da empresa à aquisição do Lote A6 visava o aumento da capacidade produtiva da mesma; -----

- Posteriormente à aquisição do Lote A6, a estratégia de desenvolvimento do grupo passou a assentar na sua expansão para Portugal e, nessa justa medida, decidiu a respetiva administração candidatar-se à aquisição do Lote 3 do Loteamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega, em vista à instalação de uma unidade industrial, nos moldes contantes da respetiva candidatura, tendo-lhe o mesmo sido, já, adjudicado; -----

- Têm prevista a criação de uma nova sociedade a integrar o Grupo Sistemas Delfim, a fim de concretizar o investimento a realizar no Lote 3, da Plataforma Logística, e por razões de natureza logística e administrativa, a aquisição, pelo Grupo, dos dois lotes industriais e a concretização das respetivas construções, dificulta o projeto de expansão empresarial, a concretizar em Chaves, sendo certo que o Lote A3 possui as condições necessárias para a concentração das duas empresas do Grupo, não se justificando a manutenção da aquisição do Lote A6 do Parque de Atividades de Chaves. -----

2 - Justificação -----

1. A adjudicação do direito de propriedade do Lote A6, do Parque de Atividades de Chaves, situado em Vale de Salgueiro de Cima/Campo Queimado, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 3093 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o número 3364/20070131, foi decidida pelo executivo camarário em sua reunião de 29 de setembro de 2017, no âmbito de procedimento público concursal, aberto por deliberações dos órgãos municipais de 3 e 15 de fevereiro de 2017, em sede de concretização de políticas públicas municipais de incentivo à fixação de empresas e criação de postos de trabalho no concelho. -----

2. As adjudicações do direito de propriedade sobre os Lotes do Parque Empresarial e da Plataforma Logística, praticadas pelo executivo camarário, no âmbito do procedimento concursal desencadeado para o efeito, e nas condições aí estabelecidas, são indissociáveis da prossecução do interesse público municipal. -----

3. O pedido agora apresentado pela adjudicatária E&A PORTUGAL, LDA., no sentido de resolver o contrato, não coloca em crise a defesa de tal

interesse público, uma vez que o projeto candidatado para o Lote A6 em causa, irá ser concretizado, por outra empresa do mesmo Grupo económico, no Lote 3 da Plataforma Logística, conforme ato adjudicatório do executivo camarário do passado dia 28 de junho de 2018, não se afigurando estar em presença de incumprimento contratual.

4. De facto, tendo os órgãos municipais deliberado, em 8 de fevereiro - Câmara - e em 28 de fevereiro - assembleia - nos termos da Proposta N° 06/GAP/2018, manter o incentivo à fixação de empresas no Parque Empresarial de Chaves - Parque de Atividades e Plataforma Logística -, durante o presente mandato autárquico, e enquanto houver lotes disponíveis, o Lote A6, em causa, caso seja resolvido o contrato, poderá vir a integrar a lista de lotes disponíveis do procedimento concursal, aumentando a oferta, sem que o interesse público seja colocado em causa. -----

5. Neste enfoque, parece conjugarem-se os motivos conducentes à formulação da vontade das partes, para de comum acordo, revogarem o contrato outorgado em 15 de janeiro de 2018. -----

6. Face aos factos atrás expostos, está-se em presença de uma matéria tratada na Subseção VI, do Capítulo II do Código Civil, particularmente nos Artigos 432° e seguintes. -----

7. De facto, em face dos elementos que foram essenciais na formalização do negócio jurídico, particularmente o estabelecimento das obrigações a que ficou sujeita a sociedade compradora, as quais não irão ser cumpridas naquele Lote, há interesse de ambas as partes contratantes em distratar o retro identificado contrato de compra e venda, fazendo-as regressar à situação em que se encontravam anteriormente à outorga do mesmo, em conformidade com o disposto no Artigo 434° do Código Civil. -----

3 - Proposta -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e para efeitos do disposto no Anexo I, à Lei n° 75/2013, de 30 de setembro e posteriores alterações, conjugada com os Artigos 432° e 434° do Código Civil, tomo a liberdade de sugerir que superiormente seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião do executivo camarário, em vista a ser autorizado o distrate do aludido contrato de compra e venda, extinguindo os seus efeitos, no sentido do Lote A6 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, regressar à esfera patrimonial privada deste Município, mediante a restituição à sociedade compradora - E&A Portugal Unipessoal, Lda. -, do preço pago, no montante de €3 503,43; -----

b) Que este encargo tenha cobertura na Ação 6/2006 - classificação económica 07 01 01; -----

c) Consequentemente, seja titulada a resolução do negócio por escritura pública - "distrate" - a outorgar no Cartório Privativo Municipal, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o respetivo contrato; -----

d) Que todas as despesas emergentes do distrate e consequente revogação do contrato em causa, designadamente emolumentos com certidões, escritura e impostos, sejam suportadas pela sociedade E&A Portugal, Unipessoal Lda., dado ter sido a parte contratual que teve a iniciativa, para o efeito; -----

e) No caso de decisão favorável, dever-se-á remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral - Gabinete de Notariado e Expropriações para ulterior operacionalização. -----

À consideração superior. -----
 Chaves, 6 de agosto de 2018 -----
 A Técnica Superior, -----
 Cristina Rodrigues -----
 Em anexo: -----
 O respectivo processo administrativo -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII DIVERSOS

1. REALIZAÇÃO DA FEIRA SEMANAL DE CHAVES NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2018, EM OPOSIÇÃO AO PREVISTO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 22.º DO REGULAMENTO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 66/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o requerimento formulado por um conjunto de 48 feirantes, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 4793, em 08.06.2016, em nome de Eduardo de Jesus Machado, contribuinte fiscal n.º 197 712 436, relacionado com o pedido de realização da feira semanal de Chaves, no dia 15 de agosto, dia de feriado nacional. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

Conforme n.º 3 do artigo 22.º do Regulamento de Exercício da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária (RCRNS), a feira semanal de Chaves realiza-se às quartas-feiras. -----

Nos casos, porém, em que o dia designado para a feira de Chaves coincida com feriado, aquela realizar-se-á no dia útil imediatamente anterior (cf. alínea a) n.º 4 do artigo 22.º RCRNS). -----

Todavia, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º do RCRNS, para a resolução de conflitos e ou dúvidas na aplicação das disposições do presente Regulamento é competente a Câmara Municipal. -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

Através do requerimento formulado pelos 48 feirantes subscritores, estes vêm solicitar que a Feira Semanal do dia 15 de agosto se realize nesse mesmo dia e não se aplique a regra prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 22.º do RCRNS, que conduziria à realização da feira semanal no dia 14 de agosto, terça-feira. -----

Alegam para o efeito (...) que nessa data realiza-se a feira de Valpaços (...) que a solução apresentada será benéfica para todos, pois a população terá ao seu dispor os serviços a que está acostumada e os feirantes não ficam prejudicados. (...) -----

Assim, tal como solicitado no referido requerimento, realizou-se no passado dia 23 de julho uma reunião com um grupo de subscritores do pedido, a qual foi presidida pela Senhora Vereadora, Eng.ª Paula Chaves, coadjuvada pelos serviços da DSC. -----

Ouvidos os interessados, que reiteraram o seu pedido, aduzindo argumentos para que a feira se realize no dia 15 de agosto, os serviços da DSC afetos ao Setor de Feiras e Mercados, seguindo a estratégia estabelecida e autorizada superiormente, promoveram no dia 25 de agosto a consulta da generalidade dos titulares do direito de ocupação

de espaços e lugares de venda no terrado da Feira Semanal e Mercado Municipal, cujas atividades se complementam e não são passíveis de se dissociarem. -----

Do resultado da consulta, expresso no quadro que se segue, conclui-se que mais de 60% dos inquiridos concordam que a feira se realize no dia 15 de agosto do presente ano, em oposição ao previsto no regulamento em vigor. -----

N.º de pessoas inquiridas que concordam que a feira se realize a 15 de agosto	119
Nº pessoas inquiridas que não concordam que a feira se realize a 15 de agosto	75

De realçar ainda que, em 12 de janeiro de 2018 a AFDPDM - Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, através de e-mail dirigido ao Senhor Presidente da Câmara, apresentou um requerimento, no sentido de ser autorizada a realização da Feira do Concelho no dia 25 de Abril, 15 de Agosto, Feriados Nacionais, com exceção dos dias em que coincidem com o Dia de Natal, Ano Novo e Páscoa, facto que permite, caso se venha a deferir o pedido, prescindir da auscultação das entidades representativas do setor. -----

Face ao exposto, o pedido de realização da Feira Semanal de Chaves, no próximo dia 15 de agosto, dia de feriado nacional, poderá ser acolhido, a título excecional e experimental, permitindo uma melhor avaliação da conveniência da alteração da realização das feiras que coincidam com Feriados Nacionais, com exceção dos dias em que coincidem com o Dia de Natal, Ano Novo e Páscoa. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento do pedido de realização da feira semanal de Chaves, no próximo dia 15 de agosto; -----

Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

Caso a presente proposta seja aprovada pelo órgão executivo municipal, sugere-se ainda que seja determinada a adoção dos seguintes procedimentos: -----

Publicitação, através de edital, da realização da Feira Semanal de Chaves no próximo dia 15 de agosto; -----

Divulgação nos órgãos de comunicação locais e no sítio institucional desta autarquia (www.chaves.pt); -----

Comunicação à Polícia de Segurança Pública de Chaves, solicitando a sua habitual colaboração. -----

Por último deverá a presente proposta ser encaminhada para a Divisão de Recursos Operacionais, em vista à promoção dos procedimentos tendentes à operacionalização da limpeza do recinto, no dia 15 de agosto, logo após o encerramento da feira, nos termos que realiza habitualmente. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 02 de agosto de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimentos EG4793 | EG557 -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 03.08.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 06/08/2018 -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. CANDIDATURA N.º NORTE-05-4943-FEDER-000080 "BENEFICIAÇÃO DO EDIFICADO DO BAIRRO SOCIAL DOS FORTES (REABILITAÇÃO INTEGRAL DE 13 MORADIAS DA CMC) - PAICD 3.1" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO. - INFORMAÇÃO Nº67/DSC/2018, DA ARQ. JOANA RODRIGUES DE 03.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-43-2016-18 - "*Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 9.8 (9b)*", o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada por "*Beneficiação do edificado do Bairro Social dos Fortes (Reabilitação integral de 13 moradias da CMC) - PAICD 3.1*", operação esta integrada no "Plano de Ação Integrada para Comunidades Desfavorecidas (PAICD)", do "Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Chaves (PEDU de Chaves)". --

1.2. Após a competente análise e avaliação, a referida candidatura mereceu decisão favorável de aprovação por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, datada de 10 de julho de 2018, a qual foi comunicada ao Município de Chaves através de mensagem de correio eletrónico do dia 12 de julho de 2018. -----

1.3. Com a referida comunicação, foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara, sendo esta a matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. A presente operação objeto de candidatura, consubstancia a Reabilitação integral de 13 moradias, localizadas no Bairro Social dos Fortes, cuja propriedade é da Câmara Municipal de Chaves. -----

2.2. Com este projeto, o Município pretende melhorar substancialmente as condições de habitabilidade das referidas moradias, com vista a obter condições de maior conforto, segurança e dignidade aos moradores que aí habitam e ao mesmo tempo, contribuir significativamente para a renovação da imagem desta zona da cidade. -----

2.3. As moradias a intervencionar, foram construídas pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património habitacional do estado, em 1982, encontrando-se neste momento em avançado estado de degradação, pelo que é imperioso uma intervenção a nível do interior e do exterior, as quais contemplam: reparação de pavimentos, carpintarias, paredes e tetos; reparação das redes de infraestruturas; substituição da cobertura e caixilharias, beneficiação de isolamento térmico, e pinturas. -----

2.4. Para a concretização deste projeto, a candidatura submetida baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

i) Investimento Total - 430.964,59 €; -----

ii) Investimento Elegível - 430.964,59 €; -----
 iii) Investimento Não Elegível - 0,00 €; -----
 iv) Contribuição FEDER/FC Total - 366.319,90 € (85% do Investimento Elegível); -----

v) Autarquia Local - 64.644,69 € (15% do Investimento Elegível); -
 2.5. Analisado o conteúdo constante no Parecer Global e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito da mesma por parte da Autoridade de Gestão, resultaram as seguintes conclusões: -----

➤ A candidatura obteve a pontuação de 3,05 pontos, pelo que está em condições de ser aprovada; -----

➤ Foram efetuados reajustamentos da elegibilidade de determinados trabalhos, tendo sido deduzida a quantia de 2.814,3€, referentes ao valor dos esquentadores, por ser considerado um equipamento móvel e como tal, não elegível, em conformidade com o ponto 8.3.2.2 do Aviso.

2.6. A repartição global dos valores de investimento, sofreu uma alteração, em virtude do ponto anterior, tendo sido registada uma diminuição da despesa elegível e conseqüentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta, de acordo com o quadro seguinte: -----

	INVESTIMENTO CANDIDATADO	INVESTIMENTO APROVADO	VARIAÇÃO
Investimento Total	430.964,59 €	430.964,59 €	0,00 €
Investimento Elegível	430.964,59 €	428.150,29 €	- 2.814,30 €
Investimento Não Elegível	0,00 €	2.814,30 €	+ 2.814,30 €
Contribuição FEDER/FC Total	366.319,90 €	363.927,69 €	- 2.392,21 €
Autarquia Local	64.644,69 €	64.222,60 €	+ 422,09 €

2.7. Perante estes factos, os serviços técnicos da DSC analisaram o Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que os reajustamentos propostos pela Autoridade de Gestão, vão de encontro à tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra, pelo que deverão ser aceites. -----

2.8. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e apresentados resumidamente no quadro anterior. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Considerando a relevância desta intervenção, no que respeita à reabilitação integral de 13 moradias do Bairro Social dos Fortes, a qual permitirá conferir melhores condições de conforto, segurança e dignidade aos moradores e melhorar a imagem desta zona da cidade, potenciando a sua atratividade e revitalização socioeconómica, cultural e educativa; -----

3.2. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do Termo de Aceitação ou, submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;

3.3. Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca, caso não seja submetido ou assinado o Termo de Aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da notificação da decisão (neste caso, será até ao dia 24 de agosto de 2018), salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão; -----

3.4. Face ao exposto, propõe-se ao Senhor Presidente, caso concorde com as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), que exare despacho de submeter a presente informação/proposta e o

referido documento anexo à próxima reunião do Executivo Municipal, para haver deliberação no seguinte sentido: -----

- (i) Concordar com o teor do Termo de Aceitação; -----
- (ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração Superior, -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 03.08.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 06.08.2018 --

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. CANDIDATURA N.º NORTE-05-4943-FEDER-000081 "BENEFICIAÇÃO DO EDIFICADO DO BAIRRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES (REABILITAÇÃO INTEGRAL DE 11 EDIFÍCIOS) - PAICD 3.2" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO Nº68/DSC/2018, DA ARQ. JOANA RODRIGUES, DE 03.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

4. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

4.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-43-2016-18 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 9.8 (9b)", o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada por "Beneficiação do edificado do Bairro Social de Casas dos Montes (Reabilitação integral de 11 edifícios) - PAICD 3.2", operação esta integrada no "Plano de Ação Integrada para Comunidades Desfavorecidas (PAICD)", do "Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Chaves (PEDU de Chaves)". -----

4.2. Após a competente análise e avaliação, a referida candidatura mereceu decisão favorável de aprovação por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, datada de 10 de julho de 2018, a qual foi comunicada ao Município de Chaves através de mensagem de correio eletrónico do dia 12 de julho de 2018. -----

4.3. Com a referida comunicação, foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara, sendo esta a matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

5. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

5.1. A presente operação objeto de candidatura, consubstancia a reabilitação integral de 57 apartamentos e respetivas zonas comuns, pertencentes a 11 edifícios (4 prédios e 7 blocos) localizadas no Bairro Social de Casas dos Montes, cuja propriedade é da Câmara Municipal de Chaves. -----

5.2. Com este projeto, o Município pretende melhorar substancialmente as condições de habitabilidade dos referidos apartamentos e zonas comum, com vista a obter condições de maior conforto, segurança e dignidade aos moradores que aí habitam, e ao mesmo tempo renovar a imagem desta zona da cidade. -----

5.3. Os edifícios a intervencionar encontram-se neste momento em avançado estado de degradação, pelo que urge a sua reabilitação, sendo que a mesma irá incidir essencialmente sobre: reparação de pavimentos,

carpintarias, paredes e tetos; reparação das redes de infraestruturas; substituição da cobertura e caixilharias, beneficiação de isolamento térmico e pinturas. -----

5.4. Para a concretização deste projeto, a candidatura submetida baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- vi) Investimento Total - 2.460.671,95 €; -----
- vii) Investimento Elegível - 1.992.969,18 €; -----
- viii) Investimento Não Elegível - 467.702,77 €; -----
- ix) Contribuição FEDER/FC Total - 1.694.023,80 € (85% do Investimento Elegível); -----
- x) Autarquia Local - 298.945,38 € (15% do Investimento Elegível);

5.5. Em sede de "Pedido de esclarecimentos", estes valores submetidos inicialmente sofreram um reajustamento, uma vez ter-se detetado um lapso no valor das despesas elegíveis, pelo que os valores do investimento considerados pela Autoridade de Gestão foram os seguintes: -----

- xi) Investimento Total - 2.460.671,95 €; -----
- xii) Investimento Elegível - 2.073.550,30 €; -----
- xiii) Investimento Não Elegível - 387.121,65 €; -----
- xiv) Contribuição FEDER/FC Total - 1.762.517,76 € (85% do Investimento Elegível); -----
- xv) Autarquia Local - 311.0322,55 € (15% do Investimento Elegível);

5.6. Analisado o conteúdo constante no Parecer Global e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que, da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito da mesma por parte da Autoridade de Gestão, resultaram as seguintes conclusões: -----

➤ A candidatura obteve a pontuação de 3,10 pontos, pelo que está em condições de ser aprovada; -----

➤ Foram efetuados reajustamentos da elegibilidade de determinados trabalhos, tendo sido deduzida a quantia de 16.000,70€, referentes ao valor dos esquentadores, por ser considerado um equipamento móvel e como tal, não elegível, em conformidade com o ponto 8.3.2.2 do Aviso.

5.7. A repartição global dos valores de investimento, sofreu uma alteração, em virtude do ponto anterior, tendo sido registada uma diminuição da despesa elegível aprovada e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta. Também o valor referido em "Sede de Pedido de Esclarecimentos" como "Investimento não elegível" passou a ser "Investimento Elegível não participado", ficando apenas o valor dos esquentadores, como valor "Não elegível", de acordo com o quadro seguinte: -----

	INVESTIMENTO CANDIDATADO	INVESTIMENTO REFORMULADO EM SEDE DE "PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS"	INVESTIMENTO APROVADO	VARIAÇÃO ENTRE VALORES REFORMULADOS E VALORES APROVADOS
Investimento Total	2.460.671,95 €	2.460.671,95 €	2.460.671,95 €	0,00 €
Investimento Elegível	1.992.969,18 €	2.073.550,30 €	2.057.549,60 €	- 16.000,70 €
Investimento Elegível não participado	0,00 €	0,00 €	387.121,65 €	+ 387.121,65 €
Investimento Não Elegível	467.702,77 €	387.121,65 €	16.000,70 €	- 371.120,95 €
Contribuição FEDER/FC Total	1.694.023,80 €	1.762.517,76 €	1.748.917,16 €	- 13.600,60 €
Autarquia Local	298.945,38 €	311.032,55 €	308.632,44€	- 2.400,11 €

5.8. Perante estes factos, os serviços técnicos da DSC analisaram o Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que os reajustamentos propostos pela Autoridade de Gestão, vão de encontro à tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de

Investimento em que a referida candidatura se enquadra, pelo que deverão ser aceites. -----

5.9. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e apresentados resumidamente no quadro anterior. -----

6. PROPOSTA DE DECISÃO -----

6.1. Considerando a relevância desta intervenção, no que respeita à reabilitação de 57 apartamentos e respetivas zonas comuns do Bairro Social de Casas dos Montes, a qual permitirá conferir melhores condições de conforto, segurança e dignidade aos moradores e melhorar a imagem desta zona da cidade, potenciando a sua atratividade e revitalização socioeconómica, cultural e educativa; -----

6.2. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do Termo de Aceitação ou, submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;-

6.3. Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca, caso não seja submetido ou assinado o Termo de Aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da notificação da decisão (neste caso, será até ao dia 24 de agosto de 2018), salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão; -----

6.4. Face ao exposto, propõe-se ao Senhor Presidente, caso concorde com as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), que exare despacho de submeter a presente informação/proposta e o referido documento anexo à próxima reunião do Executivo Municipal, para haver deliberação no seguinte sentido: -----

(iii) Concordar com o teor do Termo de Aceitação; -----

(iv) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido Termo de Aceitação, para posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

À consideração Superior, -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 03.08.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 06.08.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. CANDIDATURA N.º NORTE-05-4943-FEDER-000082 "REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES (PAICD 3.3)" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO. - INFORMAÇÃO Nº69/DSC/2018, DA ARQ. JOANA RODRIGUES DE 03.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

7. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

7.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-43-2016-18 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 9.8 (9b)", o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada por "Reabilitação do espaço público do Bairro Social de Casas dos Montes (PAICD 3.3)",

operação esta integrada no "Plano de Ação Integrada para Comunidades Desfavorecidas (PAICD)", do "Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Chaves (PEDU de Chaves)". -----

7.2. Após a competente análise e avaliação, a referida candidatura mereceu decisão favorável de aprovação por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, datada de 10 de julho de 2018, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 13 de julho de 2018. -----

7.3. Com a referida comunicação, foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara, sendo esta a matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

8. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

8.1. A presente operação objeto de candidatura, consubstancia a reabilitação e requalificação do espaço verde envolvente aos edifícios habitacionais do Bairro Social de Casas dos Montes. -----

8.2. Com este projeto, o Município pretende essencialmente garantir as questões funcionais e de acessibilidade, bem como princípios estéticos e de qualidade ambiental, que contribuam para a valorização paisagística dos arruamentos e dos espaços de enquadramento dos 7 edifícios de habitação coletiva que integram o referido bairro, contribuindo assim para o aumento de segurança, conforto e bem-estar dos moradores. -----

8.3. Em termos concretos, a intervenção prevê a reestruturação de todos os acessos aos edifícios, através da correção de barreiras arquitetónicas existentes, o que pressupõe a modelação do terreno, a demolição de algumas infraestruturas inadequadas e a definição de novos percursos, em simultâneo que prevê a valorização dos espaços verdes de enquadramento, dotando-os de melhores condições de conforto e utilização, enquanto espaços de estadia e convívio, mais aprazíveis e atrativos. -----

8.4. Para a concretização deste projeto, a candidatura submetida baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

xvi) Investimento Total - 105.986,16 €; -----

--

xvii) Investimento Elegível - 105.986,16 €; -----

--

xviii) Investimento Não Elegível - 0,00 €; -----

--

xix) Contribuição FEDER/FC Total - 90.088,23 € (85% do Investimento Elegível); -----

xx) Autarquia Local - 15.897,93 € (15% do Investimento Elegível); -----

8.5. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação agora rececionados, verificou-se que a candidatura obteve uma pontuação de 3,20 pontos, tendo sido aprovada nos moldes candidatados pelo Município, os quais estão explanados no ponto anterior (ponto 2.4), pelo que cumpre, neste momento, decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo financiamento. -----

9. PROPOSTA DE DECISÃO -----

9.1. Considerando a relevância desta intervenção, no que respeita à reabilitação e requalificação dos espaços verdes envolventes ao edificado do Bairro Social de Casas dos Montes, permitindo conferir-lhe melhores condições de acessibilidade, segurança e conforto, o que contribuirá significativamente para a melhoria a imagem e do ambiente

urbano desta zona da cidade e para a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores; -----

9.2. Considerando que a candidatura em causa foi aprovada nos moldes candidatados pelo Município; -----

9.3. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do termo de aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário; -----

9.4. Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca caso não seja submetido ou assinado o termo de aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão (neste caso, será até ao dia 27 de agosto de 2018), salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão; -----

9.5. Face ao exposto, propõe-se ao Senhor Presidente, caso concorde com as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), que exare despacho de submeter a presente informação/proposta e o referido documento anexo à próxima reunião do Executivo Municipal, para haver deliberação no seguinte sentido: -----

(v) Concordar com o teor do Termo de Aceitação; -----

(vi) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido termo de Aceitação, para posterior envio para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. -----

À consideração Superior, -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 03.08.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 06.08.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. REQUERIMENTO EM NOME DA COMISSÃO DE FESTAS DO SR. DOS PASSOS TRONCO. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO AO LADO DO LARGO DE SÃO MARTINHO, POVOAÇÃO DE TRONCO, FREGUESIA DE TRONCO, DESTA CONCELHO. INFORMAÇÃO 41/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I- Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 7838/18, datado de 11-07-2018, em nome da Comissão de Festas do Sr. dos Passos Tronco, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício ao lado do Largo de São Martinho, povoação de Tronco, Freguesia de Tronco, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 18/08/2018-----

• 00:00 h - 01:00 h -----

Dia 19/08/2018 -----

• 00:00 h - 01:00 h -----

Dia 20/08/2018 -----

- 00:00 h - 01:00 h -----
08:00 h - 09:00 h -----
- II - Fundamentação** -----
- O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram: -----
- 1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----
- 2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais. -----
- 3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência. -----
- 4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual). -----
- "Avaliação do local de Lançamento"** -----
- Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----
- 1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços Agrícolas e Florestais, na categoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN); -----
- 2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim conforme declara a firma "Pereira Fogos de Artifício LDA." (Declaração anexo ao presente requerimento); -----
- 3. A zona de lançamento do fogo de artifício, caracteriza-se por área de lameiros com humidade, conferindo-lhe muito baixa perigosidade (carta em anexo); -----
- 4. Na zona envolvente a perigosidade é Baixa sendo este caracterizado pela área do recinto da festa, área urbana e terrenos agrícolas devidamente cultivados. Refere-se ainda, que as bordas dos terrenos apresentam vegetação herbácea/arbustivas numa faixa de largura média de 1 metro; -----
- 5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).
- IV- Proposta** -----
- Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram: -----
- 1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva existente nas bordaduras dos terrenos numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 320 metros, de acordo com o plano de segurança apresentado pelo fogueteiro; -----
- 2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres), a qual se deve posicionar na Direção Nordeste a Sul da zona de lançamento; -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----
 4. Abortar o lançamento do fogo de artifício na presença de ventos fortes; -----
 5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----
 À consideração Superior -----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pereira - Fogos de Artifício, Lda".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal; -----

DESPACHO DO VEREADOR DE VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 16/07/2018-----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. ELISEU CRISTIANO MARTINS GONÇALVES. LANÇAMENTO DE FOGO-DE- ARTIFÍCIO NA ESTRADA DE VILARINHO, POVOAÇÃO DE VILARELHO DA RAIA, FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA, DESTA CONCELHO. INFORMAÇÃO 42/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I- Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8130/18, datado de 12-07-2018, em nome do Sr. Eliseu Cristiano Martins Gonçalves o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício na Estrada de Vilarinho, povoação de Vilarelho da Raia, Freguesia de Vilarelho da Raia, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 18/08/2018 -----

08:00 h - 08:30 h-----

Dia 19/08/2018-----

00:00 h - 02:00 h-----

17:30 h - 18:00 h-----

21:00 h - 22:00 h-----

II - Fundamentação -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais. -----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência. -----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual). -----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2. - espaços agrícolas e subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN). -----

O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Piroctecnia Macedos, LDA." (Declaração em anexo). -----

A zona de lançamento caracteriza-se por solo isento de vegetação e da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de muito baixa perigosidade. -----

A zona envolvente ao local de lançamento caracteriza-se por área agrícola vinhas isentas de vegetação. A cerca de 90 metros, na direcção Sudeste, deparamo-nos com uma área agrícola de pousio ocupada por vegetação herbácea de altura média de 50 cm e densidade moderada/elevada. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos com uma área de muito baixa a baixa perigosidade. A cerca de 180 dista uma área de perigosidade média e a 270 perigosidade alta. -----

O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Macedos Pirotecnia, LDA." (Declaração em anexo). -----

Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 240 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa. ----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança aos espaços florestais, de forma a garantir a não ignição de fogos.-----

O Técnico Superior-----

Eng.º Sílvia José Sevivas Silva)-----

Anexo: -----
 Requerimento referido na informação supra;-----
 Declaração da firma "Macedos Piroctenica, LDA".-----
 Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
 Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
 Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----
DESPACHO DO VEREADOR DE VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 17/07/2018-----
 Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. REQUERIMENTO EM NOME DA SRA. MARIA ADELAIDE SANTOS VAZ DE SOUSA. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO SANTUÁRIO DO SR. DOS AFLITOS, POVOAÇÃO DE TRAVANCAS UNIÃO DE FREGUESIA DE TRAVANCAS E RORIZ DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 51/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I- Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8814/18, datado de 23-07-2018, em nome da Sra. Maria Adelaide Santos Vaz de Sousa, a qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Santuário do Sr. dos Aflitos, povoação de Travancas União de Freguesia de Travancas e Roriz deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 26/08/2018-----

00:00 - 01:00 h -----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais. -----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local de lançamento, pelos Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços Agrícolas e Florestais, na categoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN);-----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim conforme declara a firma "Pereira Fogos de Artifício LDA." (Declaração anexo ao presente requerimento);-----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício apresenta baixa a muito baixa perigosidade;-----

4. Na zona envolvente, a perigosidade é baixa a muito baixa sendo este caracterizado por áreas agrícolas temporárias e de pousio. ----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).

Proposta -----

1. Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram: Remoção total da vegetação herbácea na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 320 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública; -----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa. ---

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

O Técnico Superior -----

Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra; -----
- Declaração da firma "Pereira Fogos de Artifício, LDA". -----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal; -----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública. -----

DESPACHO DO VEREADOR DE VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 26/07/2018-----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. REQUERIMENTO EM NOME DO SR. ALCINO SILVA CUNHA. LANÇAMENTO DE FOGO-DE- ARTIFÍCIO NO SANTUÁRIO DA SRA. DAS NECESSIDADES, POVOAÇÃO DE CASTELÕES, UNIÃO DE FREGUESIA DE CALVÃO E CASTELÕES DESTA CONCELHO. INFORMAÇÃO 054/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I- Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8914/18, datado de

25-07-2018, em nome do Sr. Alcino Silva Cunha, a qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Santuário da Sra. das Necessidades, Povoação de Castelões, União de Freguesia de Calvão e Castelões deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 26/08/2018-----

• 09:00 - 24:00 h-----

Dia 27/08/2018-----

• 00:00 - 01:00 h-----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual.-----

"Avaliação do local de Lançamento"-----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local de lançamento, pelos Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços Agrícolas e Florestais, na categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns;-----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim conforme declara a firma "Pereira Fogos de Artifício LDA." (Declaração anexo ao presente requerimento;-----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício, caracteriza-se por área do santuário, conferindo-lhe baixa perigosidade;-----

4. Na zona envolvente ao santuário, na Direção Este a Noroeste, a perigosidade é Alta a Muito Alta sendo este caracterizado por área de matos;-----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto.-

III - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 320 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no

documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública;-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres);-----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

O Técnico Superior-----

Eng.º Sílvio José Sevivas Silva -----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pereira Fogos de Artifício, LDA".-----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----

- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----

- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública. -----

DESPACHO DO VEREADOR DE VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 30/07/2018-----

Visto. Concordo. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

9. REQUERIMENTO EM NOME DA FÁBRICA DA IGREJA DE ERVEDEDO. LANÇAMENTO DE FOGO-DE- ARTIFÍCIO NO SANTUÁRIO DO SÃO CAETANO, POVOAÇÃO DE ERVEDEDO, FREGUESIA DE ERVEDEDO, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 058/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I- Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 9769/18, datado de 06-08-2018, em nome da Fábrica da Igreja de Ervededo, a qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Santuário do São Caetano, Povoação de Ervededo, Freguesia de Ervededo, deste concelho. -----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 12/08/2018-----

- 08:00 - 17:00 h -----

II - Fundamentação -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais. -----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência. -----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual). -----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

6. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 5 - espaços Culturais e Naturais, na categoria 5.2 - espaços de usos diversificados; -----

7. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim conforme declara a firma "PEREIRA-FOGOS DE ARTIFICIO, LDA." (Declaração em anexo ao presente requerimento);-----

8. A zona de lançamento do fogo de artifício, apresenta-se isenta de vegetação e com baixa perigosidade;-----

9. Nos 50 metros envolventes a perigosidade é Média sendo este caracterizado pela área do santuário devidamente limpo. Na direcção Oeste a Noroeste, a 50 metros da zona de lançamento, deparamo-nos com área de mato de alta a muito alta perigosidade (planta em anexo); ---

10. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

III - Proposta -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

6. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 160 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Policia de Segurança Pública;-----

7. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----

8. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;-----

9. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

10. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra; -----
- Declaração da firma "PEREIRA-FOGOS DE ARTIFICIO, LDA". -----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----

- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.08.06. -----

Defiro o pedido, nos termos e com os fundamentos expressos na informação técnica infra. Notifique-se. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
